
119ª SESSÃO ORDINÁRIA – 04DEZ2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Evidentemente, este início do mês de dezembro do corrente ano nos coloca... eu não diria necessariamente, mas tradicionalmente num impasse positivo de que, tendo que enfrentar a deliberação de inúmeros projetos de lei, muitos dos quais oriundos do Poder Executivo e que historicamente são tardios, chegam na Casa no início de dezembro; e isso quando eu desejava que estivessem na Casa no início de novembro e pudessem, todos eles, tanto correr no mínimo uns 45 dias com os quais as matérias ficam, uma vez analisadas pela Comissão de Constituição e Justiça, em condições de receber o regime especial estabelecido no art. nº 81 do Regimento da Casa. Mas, ao lado dele, Sr. Presidente – e hoje nós temos esses exemplos muito claramente colocados à nossa frente –, dezenas de projetos de autoria de Vereadores da Casa, muitos dos quais, até convém que se diga, têm o seu exame retardado por situações as mais diversas e que agora se possibilita o seu deslinde final, eis que muitas das propostas já se encontram na Casa desde o ano 2012, e alguma das quais desde o ano 2011, Ver.^a Séfora. Objetivamente, eu me preocupo mais com os projetos que estão vindo do Executivo pelo pouco tempo que nós teremos de, na maioria dos casos, examiná-los. Então, eu estou procurando – estou aguardando inclusive a presença, na Casa, do Ver. Ferronato, Líder do Governo – para com ele discutir o estabelecimento, junto ao Governo, da prioridade de alguns projetos de forma absoluta, isto é, aqueles que, pelas mais diversas razões, precisam ser ou deveriam ser, necessariamente, examinados neste ano. Entre eles, Ver. Brasinha, alguns de cunho prático, porque, submetidos ao regime da quarentena ou da anualidade, se não sancionados neste ano, terão a sua eficácia retardada por 365 dias, e é isso que não se quer.

Assim, Sr. Presidente, venho à tribuna nesta Sessão de quarta-feira, que tradicionalmente é dedicada à votação ampla dos projetos de lei, e o será também no dia de hoje.

Nós temos uma pauta com 19 projetos que nós ambicionamos que sejam votados no dia de hoje, e espero que assim seja, em que pese reconhecer que estamos vivendo, nos últimos dias, um período de excessivo comprometimento, porque, com três CPIs na Casa, não há dia em que não ocupemos todas as manhãs para realização de sessões especiais para a ouvida de testemunhas, quando não, nos finais de tardes legislativas, sendo que, hoje mesmo, nós temos designada, às 18h, uma Sessão especialíssima da CPI da telefonia cujo objetivo é a votação do Relatório final a respeito dela, Relatório esse que eu aguardava, junto com a Ver.^a Fernanda Melchionna, que pudesse ocorrer na segunda-feira vindoura, mas que, por determinação, inclusive, segundo consta de imposições regimentais, terá que ser objeto de discussão e análise final no dia de hoje, prazo final. Tudo isso cria essa situação, Sr. Presidente, que naturalmente faz com que a gente tenha, Ver. Villela, que redobrar os esforços neste momento, e é o que nós buscaremos fazer, ao longo desta tarde, na expectativa de poder votar todos ou quase todos os projetos que serão a nós submetidos e que, nos meus cálculos, são 19 importantes proposições que estarão sob nosso exame. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. MÔNICA LEAL (Requerimento): Sr. Presidente, em função de uma morte trágica que tivemos, esta semana, de um policial que foi abatido, ferido em um assalto em defesa da segurança dos cidadãos de Porto Alegre, eu peço um minuto de silêncio pela morte trágica do Investigador Carlos Heitor Bossler, de 58 anos, Agente da Delegacia de Capturas do Departamento Estadual de Investigações Criminais-DEIC, que, em defesa da vida de um jovem que chegava no seu bairro da faculdade, morreu no tiroteio.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Deferimos o pedido.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste, hoje, na nossa CPI, tínhamos marcados dois depoimentos. Um deles não veio, e

o outro teve um contratempo que o levou a chegar mais tarde, a Sra. Adriana Boniatti. Ela usou a Constituição para não falar. Mas o motivo que a levou a não falar foi o que nos deixou bastante preocupados e intrigados. A Sra. Adriana Boniatti era a responsável pelos contratos especiais na Procempa, e já houve um outro depoimento aqui, da Sra. Clarisse da Costa, que disse que os contratos, os processos, na Procempa, eram feitos após o pagamento e a contratação das empresas, que as licitações eram meros processos que se consertavam depois. Segundo a Sra. Clarisse, a Sra. Adriana Boniatti era responsável por fazer esses ajustes dos contratos capengas. Primeiro, se contratava a empresa, se pagava; depois, se fazia o processo licitatório. Isso era comum na empresa Procempa; mais de uma pessoa nos falou isso.

E a Sra. Adriana, que era a peça fundamental que realizava isso, disse que, nesta CPI, não ia falar. Por que não ia falar? Porque ela já prestou depoimento no Ministério Público e tem uma filha de nove meses, Ver. Tarciso, e, num certo dia, depois de ter prestado depoimento no Ministério Público, ela estava indo com seu carro, próximo à UFRGS, e foi fechada por uma camionete onde desceram dois elementos armados que invadiram o seu carro. Ela espontaneamente disse: “É um assalto, pode levar tudo, só me deixa pegar a minha filha”. “Não, não é assalto, entra!” Assim ela nos contou. Disse também que apanhou dentro do seu carro e foi ameaçada. Se falasse novamente, sofreria novas agressões, e que ela não esquecesse que tinha uma filha pequena. Então, a Sra. Adriana Boniatti esteve aqui hoje e não quis falar; e eu compreendo. Ela pode ter feito o que fez, mas é a sua segurança e de sua família que foram ameaçadas.

Nós sabemos que, em Porto Alegre, aqui esteve o Secretário Eliseu Santos, que disse que já tinha sido ameaçado e que teve problema; e até hoje não tivemos as explicações necessárias do que aconteceu com o Sr. Eliseu Santos, que foi Vice-Prefeito, foi Secretário de Saúde e foi assassinado na saída de um culto, Ver.^a Luiza Neves, o que até hoje não foi esclarecido. Então, eu entendo a Sra. Adriana Boniatti quando se calou e ficou com medo por falta de segurança, para falar o que aconteceu durante esses oito anos na empresa Procempa, infelizmente. Mas, mesmo assim, ela confirmou que aquele fato que a senhora Clarisse Costa nos falou das licitações e dos processos, que poderia ser comprovado, pois o GPA, o sistema da Procempa, comprovava que os processos eram feitos após a contratação de serviços de compras, ela concordou e disse: “Sim, era assim que funcionava”. Mesmo assim, ela nos deu a sua contribuição. Nesta Câmara de

Vereadores, Ver. Dr. Thiago, acho que nós temos a obrigação de pedir proteção e segurança para essa cidadã de Porto Alegre, a Sra. Adriana Boniatti, que corre risco de vida, porque ela esteve aqui e, mesmo sem falar, ela é um arquivo vivo, e tem muita gente preocupada com o que ela pode falar. Nós temos que preservar a segurança da Sra. Adriana Boniatti, mas muito me preocupa o que aconteceu na empresa Procempa, e nós, Vereadores desta Casa, temos obrigação de fazer essa CPI, mais do que nunca, cumprir o seu papel de fiscalização. Muito obrigado. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PEDRO RUAS (Requerimento): Presidente, uma questão brevíssima. Esse discurso do Ver. Mauro Pinheiro remete-nos a uma questão nossa, relevante, que é submeter a V. Exa. um requerimento. Quando algum convidado ou até convocado para depor em uma CPI da Casa relata que está com a vida ameaçada em função dos seus depoimentos, eu acho que o mínimo que nós temos que fazer é encaminhar esse registro que nos fez aqui aos órgãos competentes da Segurança. Requeiro esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Faremos isso.

O SR. PEDRO RUAS: Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Tarciso Fecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FECHA NEGRA: Boa-tarde, Presidente, Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste, a fala do Mauro Pinheiro é muito grave, mas a minha fala aqui é uma fala bem tranquila, é pedir aos caros colegas Vereadores e Vereadoras para que a gente possa, neste ano, votar todos os projetos, Ver. Mauro, tanto os nossos projetos do Legislativo, como os do Executivo, e limpar essa pauta. Porque todos sabem, todo Vereador, no fim do ano, tem compromissos, agenda cheia, porque, no fim de ano, tu tens agenda com muitas pessoas por quem tu tens um carinho muito grande, e tu jamais poderias deixar de comparecer. É uma correria na Casa, essa é a verdade. Eu estou aqui,

vou para o quinto ano na Câmara de Vereadores, e eu sei que, quando chega o final, que o gargalo começa a ficar pequeno e só passa uma bolinha, aí fica difícil, porque nós temos que chamar sessões extraordinárias, aí a gente vai até meia-noite, uma hora da manhã. Nada contra trabalhar, não tenho problema em ficar aqui até às 2h, 3h da manhã, já cansei de ficar, mas eu acho que nós temos ainda cinco Sessões com Ordem do Dia, e penso que podemos limpar essa pauta, e, tranquilamente, atender à nossa agenda externa, que é muito importante para cada um dos parlamentares em seu mandato. Essa é a verdade, o Ver. Bernardino sabe disso, que a gente, no fim de ano, Bernardino, tem uma agenda muito cheia. Eu, principalmente, este ano, e até quero cumprimentar a direção do Grêmio, o torcedor gremista, essa nação azul, pelos 30 anos do Mundial, do qual eu faço parte, por essa festa magnífica que vai começar no dia 7, terminando com o jogo, na Arena, com os Campeões do Mundo, junto com as celebridades do Grêmio. Então, eu quero cumprimentar aqui a direção do Grêmio, porque, Ver. Pedro Ruas, nada pode ser maior do que este título, tu alcançares o Mundo; aí só falta a Lua e Marte. (Risos.) Brincadeira!

Eu bato em cima, de novo, disso, Pedro Ruas, para que a gente possa fazer uma votação com mais tranquilidade, discutir melhor os projetos, e que a gente possa votar... Eu sempre gostei de votar os nossos projetos, tanto dos Vereadores como do Governo, com a consciência mais tranquila e sabendo o que eu estou votando. Então, eu peço aos caros colegas Vereadores que a gente possa fazer essa força em cinco Sessões e limpar esta pauta, que é importante para a Cidade, é importante para o nosso projeto e para que a gente possa ter uma agenda e atender todos os nossos amigos externamente. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Encontra-se ao meu lado o Ver. Paulo Brum para um momento muito especial desta Casa, que é a promulgação da Lei nº 11.497, de 4 de novembro de 2013, de sua autoria. Esta Lei altera a ementa do *caput* da Lei nº 7.768 e dispõe sobre utilização de vagas reservadas para pessoas com deficiência em estacionamentos de locais de uso público ou de uso privado e sobre a aplicação de multas pela utilização irregular dessas vagas. Então, esta lei é a que está sendo promulgada agora.

(Procede-se à assinatura do documento.) (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Paulo Brum está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PAULO BRUM: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. É um momento muito importante da nossa luta, visto que ontem nós comemoramos, sim, o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. E sempre que eu sou, enfim, o mentor de uma proposição que busca meios que possibilitem a inclusão social das pessoas com deficiência, sinto-me emocionado.

Lembro, lá em 1995, quando pela primeira vez estive nesta Casa, as primeiras proposições apreciadas. E, diga-se de passagem, Sr. Presidente, que me sinto muito honrado, orgulhoso e emocionado, pois todas as proposições que apresentei a esta Casa, desde 1995, foram aprovadas pelos Srs. Vereadores. Não tive uma proposição rejeitada; e são já mais de 30 leis aprovadas e sancionadas ou promulgadas pelo Legislativo ou pelo Executivo.

Por isso, hoje, é mais um momento de emoção na minha vida. Agradeço a V. Exa. por promulgar a lei que, sem sombra de dúvida, é uma ferramenta que vai facilitar, ainda mais, a vida das pessoas com deficiência.

Nós sabemos que existem milhares de campanhas tentando conscientizar o cidadão que tem o seu veículo de que existem algumas vagas reservadas para veículos de pessoas com deficiência física, com dificuldade de locomoção, as quais não são respeitadas. Então, chegou-se ao ponto de acharmos que não adianta campanha. Esta Casa aprovou um Projeto de Lei de autoria do Ver. Engº Comassetto que cria a campanha do programa Multa Moral. De que adianta nós identificarmos o cidadão com um panfleto, dizendo que ele recebeu uma multa moral se esse cidadão já é um imoral? Não vai fazer efeito nenhum!

Nós queremos, agora, com a promulgação desta Lei, é que aquele cidadão que utilizar uma vaga reservada para veículos que transportam pessoas com deficiência sejam atacados naquilo que mais lhe é precioso: seu bolso. Portanto, Sr. Presidente, com essa lei, que espero que o Executivo não venha buscar, que ela seja inconstitucional porque

nós achamos, sim, que o Poder Público Municipal tem o dever, tem a obrigação de respeitar as pessoas que necessitam desse mecanismo. Aproveitando também esse tempo que me resta, temos muitas coisas a esclarecer e a comemorar, sim.

Ontem, a Presidente Dilma assinou o Decreto nº 8.145, de dezembro de 2013, que regulamenta a aposentadoria especial para as pessoas com deficiência, altera o regulamento da Previdência Social, aprovado pelo Decreto nº 3.048, de maio de 1999, para dispor sobre a aposentadoria por tempo de contribuição e por idade da pessoa com deficiência. As pessoas com deficiência poderão se aposentar mais cedo, dependendo do tipo de deficiência: para os que têm deficiência grave, o tempo de contribuição passa a ser de 25 anos para os homens e 20 anos para as mulheres; no caso da deficiência moderada, o tempo de contribuição passa para 29 aos homens e 24 anos para as mulheres; e para as pessoas com deficiência leve, a contribuição será de 33 anos para os homens e 28 anos para as mulheres. Portanto, temos muito que comemorar, sim. Também, o Ministro da Saúde, Padilha, apresentou que a grande dificuldade que as pessoas com deficiência física têm, em especial aqueles que utilizam cadeira de rodas, os tetraplégicos, não vinham sendo atendidos pelo SUS para conseguir aquelas cadeiras de rodas motorizadas. O Ministro Padilha assinou um Decreto determinando que o SUS passe também a fornecer cadeiras de rodas motorizadas para as pessoas com deficiência física com extrema dificuldade de locomoção.

Também, Sr. Presidente, o Senado Federal vota hoje no plenário a meia-entrada para pessoas com deficiência em eventos esportivos, culturais e de entretenimento. Ainda sobre a meia-entrada, na segunda-feira derrubamos o Veto do Sr. Prefeito. Portanto, espero que o Prefeito Municipal de Porto Alegre acate o nosso Veto. Em breve, o nosso Presidente irá promulgar mais uma lei deste Vereador em prol da cidadania, das pessoas com deficiência na nossa Capital. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Paulo Brum. Parabéns pela sua luta que todos nós reconhecemos.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, senhores e senhoras que nos assistem, presentes nesta Sessão e também através da TV Câmara, ocupo esta tribuna hoje para falar de uma questão que precisa ser esclarecida e que é muito importante, que tem extrema urgência na minha vida, porque diz respeito ao Departamento de Criminalística ligado ao Instituto-Geral de Perícias – IGP. Em virtude de denúncias que recebi em fevereiro deste ano, eu levei à CEDECONDH todo um material para que a Comissão, para que a Presidente da Comissão – a partir daquela denúncia – analisasse a possibilidade de começarmos um trabalho de visita, de verificação daquilo que estava sendo apresentado, através de papéis recebidos no meu gabinete. Foi todo um processo desencadeado, denunciando o sucateamento do Departamento de Criminalística do IGP. A partir disso, desse processo que foi longo, que foi desde fevereiro, finalmente ocorreu uma matéria na imprensa que faço questão de mostrar aos senhores, que tem o seguinte título: “A interdição do IGP ameaça solução de crimes”. Isto ocorreu nesta semana, daí uma nota na “Zero Hora” de ontem dizendo, explicando como foi esse procedimento. Este material chegou na CEDECON, através desta Vereadora que fala para vocês, como membro da Comissão, interessada na segurança dos gaúchos, dizendo que não havia investimento no Departamento de Criminalística. Hoje, para minha surpresa, a Secretaria de Segurança manda uma informação, ou seja, manda material para o jornal Zero Hora dizendo, desmentindo a informação desta Vereadora: o IGP e a Secretaria da Segurança desmentem a informação da Vereadora Mônica Leal de que o Estado não investiu no órgão em 2013. Segundo a Secretaria, já foram empenhados mais de R\$ 3 milhões. Empenhar não é gastar. Quem foi gestora sabe disto. Eu fui Secretária da Cultura e sei muito bem que o empenho é um compromisso, mas necessariamente não é um gasto, e se o empenho não for gasto, ele fica em exercício findo, ou seja, será gasto no ano que vem ou não, sendo que o mais provável é que entre na vala comum dos investimentos. Por que eu falo isto? Preocupa-me muito a segurança do Rio Grande do Sul. Nesta tribuna, mais uma vez, eu venho aqui, Senhor Presidente, requerer ao senhor Dr. Thiago, Presidente desta Câmara, que façamos uma reunião juntamente com a CEDECONDH convidando o Sr. Airton Michels, Secretário de Segurança; o Sr. José Cláudio Teixeira Garcia, Diretor-Geral do IGP; o Sr. Antonio Pedro da Luz Figni, Diretor do Departamento de Criminalística; o Sr. Paulo Leonel, Diretor Técnico do IGP e o Sr. Rodrigo Leffa, Diretor Administrativo do IGP. Eu gostaria, Presidente, que todas essas

peças que estão envolvidas todos os dias das suas vidas num Departamento tão importante, que elucida crimes, e a Secretaria de Segurança, órgão que o Governo do Estado diz que investiu R\$ 3 milhões, que venham a esta Casa, na sala da Presidência, em conjunto com a CEDECONDH, expliquem onde foram investidos os R\$ 3 milhões.

Eu gostaria de que os senhores acompanhassem as fotografias. Mas uma vez, nesta tribuna eu vou mostrar (Mostra fotografias.) as fotografias; elas mostram muito mais do que notas em jornais, do que informações, materiais dizendo que investiram. Olha, esse é o IGP: ar-condicionado com goteira, balde, escadas, rachaduras; essa é a sede com uma fiação que mais parece um varal de roupa. Estão aí para todos verem, banheiros, paredes – uma sede sucateada. Isso é o Departamento de Criminalística do Estado do Rio Grande do Sul, que faz parte do Instituto-Geral de Perícias, que faz parte da Secretaria da Segurança Pública do Governo do Estado, Governo do PT – um Ministro da Justiça que teve, no seu discurso de campanha, a segurança como prioridade. Está aí, isso eu falei. Aliás, não preciso nem falar, os senhores olhem as fotografias. Onde estão os R\$ 3 milhões? Eu preciso saber, eu tenho curiosidade, está em nota nos jornais: eles desmentiram a minha informação.

Pois, Sr. Presidente, eu entrego um Requerimento, convidando essas pessoas que venham à sala da Presidência da Casa. Olha o muquiço que é isso, o depósito que é o Instituto-Geral de Perícias – IGP, o Departamento de Criminalística. É isso que elucida crimes, que é capaz de inocentar ou culpar as pessoas; esse é o nosso Departamento. Faça-me o favor! Uma porta de saída só, sem Plano de Prevenção de Incêndio – se tiver é agora, porque não tinha –, goteiras por todos os lados, etc. Vou fazer a entrega desse documento, desse Requerimento. Eu gostaria de saber o que foi executado em melhorias no Departamento nesse valor. Faço a entrega oficial, neste momento, para que o senhor providencie a vinda dessas autoridades aqui.

(Revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver.^a Mônica Leal.

(Procede-se à entrega do Documento.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Recebo o documento. Ver.^a Mônica Leal, realmente preocupa-nos bastante a situação do nosso querido IGP. Eu sou funcionário concursado do Instituto-Geral de Perícias e, sem dúvida alguma, vou tomar providências. Vamos convocar ainda para este mês uma Reunião Conjunta com a CEDECONDH, eu já tenho o acordo da Ver.^a Fernanda Melchionna para poder esmiuçar essa situação tão importante para a segurança pública do Estado e para Porto Alegre, que está inserida nesse problema. Convido todo o conjunto de Vereadores para esse encontro.

Quero destacar, aqui, a presença do Ver. Ivo Fiorotti, Líder da Bancada do PT de Canoas. É um prazer recebê-lo aqui, Vereador. Sinta-se em casa.

O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente Dr. Thiago, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Ver. Ivo. Eu tenho empresa há 23 anos em Canoas e pago regularmente os impostos, Vereador. Veja como é bom a gente ter liberdade para falar quando se trabalha com honestidade e com transparência. Digo que tenho o prazer de ter um CGC na cidade de Canoas há 23 anos. Nunca deixei de pagar o imposto. É por isso, Vereadores e Vereadoras, que eu tenho a liberdade de vir a esta tribuna muitas vezes e de me exceder um pouquinho. É claro que alguns companheiros tentam largar umas historinhas por aí, aquele negócio todo, mas lá em Iraí dizíamos que há animais que são suros, não têm rabo. É por isso que eu cumprimento o Vereador carinhosamente.

Eu quero fazer dois registros. Primeiro, sobre o Ver. Paulo Brum. É lamentável, e nós precisamos deixar isso claro, porque muitos dos nossos telespectadores não entendem muito da prática legislativa: sanciona, veta, promulga. O seu projeto não foi vetado nem sancionado pelo Executivo, do qual o senhor faz parte. Muito bem, por isso que esta Casa promulgou. Então, isso precisa ficar bem claro – silenciou. Projeto que nós votamos, muitos aqui apoiaram e votaram. Então, o Executivo silenciou, não disse nem sim, nem não. E isso já aconteceu com outros projetos, inclusive projetos de nossa autoria, um até que trata dos fogos de artifício. Silenciou. Isso precisa ficar claro.

Ver. Mauro Pinheiro, eu não tenho aparecido muito, aparecido no sentido de aparecer nos trabalhos da CPI da Procempa. Sou Vice-Presidente e Vice-Presidente não pode incomodar, e eu tenho tido esse comportamento nesta Casa. Vice não incomoda. Mas

essa senhora que esteve aqui, hoje, e eu não vou citar o seu nome, porque tenho uma preocupação muito grande com as questões que tentam denegrir a imagem de uma classe, ou de um determinado grupo de trabalho. Eu acho que os servidores da Procempa estão sendo vítimas de pessoas que não deveriam estar lá, que não deveriam ter ido lá para a Procempa; deveriam ter ido para a cadeia! Mas, infelizmente, a vida não é assim. É preciso que os órgãos constituintes descubram, evidentemente, os crimes que se praticam.

Uma coisa é certa, e já disse isso em outras oportunidades, lamentando que pessoas, e não estou falando na questão da senhora de hoje, não! Mas já vieram aqui, eu não a conheço, não sei o que ela fez, ou deixou de fazer, até porque ela pouco falou aqui, mas, com certeza, é constrangedor para alguns servidores que, ao longo da sua vida, deram e estão dando o seu suor terem que se sujeitar às questões negativas, vamos dizer assim. Vejam só, essa senhora teria sofrido, aspas, um assalto, e saíram com o seu automóvel, ela estava com uma criança, sua filha, deram uma volta e avisaram, “tu não falas, porque nós vamos te apagar!” Essa senhora não fez registro policial.

Por quê? Por uma questão de segurança. Logo, ela também não deveria ter falado que isso aconteceu com ela. Então me parece que também poderá estar acontecendo uma outra situação, Ver.^a Fernanda, V. Exa. que faz parte da CPI, de ela estar, efetivamente, com medo e estar sinalizando nesse sentido de que, se, porventura, vier a acontecer alguma coisa, ela teria alertado.

Então, as questões de segurança, de inteligência são de competência da polícia, do Ministério Público, mas nós também temos o dever de fazer uma análise um pouquinho inteligente. Parece que, se alguém foi sequestrado, e disseram, “olha, tu não falas, porque nós vamos te apagar”, como ela disse, ela não iria falar, não iria dar notícia nenhuma, não iria tornar público o fato ocorrido; no entanto ela o fez. Para registrar uma ocorrência policial não tem prazo, ainda está em tempo, ela poderá fazer. Então fica só esse alerta. Eu não a estou defendendo nem criticando, só cumprindo com o que é de nossa responsabilidade também: fazer uma interpretação com esforço de inteligência. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Bernardino. Quero destacar, Vereador, que estamos encaminhando agora o primeiro Projeto de Indicação, questão proposta pelo Ver. Tarciso e por V. Exa., que é a Marina, “o Almirante Negro”.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Obrigado, Presidente. A gente agradece, porque é muito importante para esta Nação, que é a raça negra. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Vereadores, Vereadoras, eu quero trazer uma situação muito grave. A nossa Comissão de Direitos Humanos recebeu, ontem, uma das três pautas importantes que tratamos – dos aeroviários, do Hospital Parque Belém e das demissões sumárias na Carris. Quero me deter a uma situação absolutamente emergencial que trata das péssimas condições de trabalho, denunciadas aqui, nesta tribuna, pelo Ver. Pedro Ruas, dos trabalhadores aeroviários. O Ver. Pedro Ruas fez uma denúncia de uma trabalhadora que sofreu traumatismo craniano, pelas péssimas condições de trabalho, numa escada, Ver. Tarciso, que não tinha piso antiderrapante e nem guarda-corpo para garantir a segurança da trabalhadora, que correu sério risco de vida e teve, como eu disse anteriormente, traumatismo craniano – uma funcionária da empresa TAP. E o sindicato esteve aqui na Comissão de Direitos Humanos para fazer a denúncia em relação às condições de trabalhos da TAP e de outras empresas que trabalham no Aeroporto Salgado Filho. Naquela ocasião, a Superintendência Regional do Trabalho – SRT – não mandou representação apesar das denúncias reiteradas que o sindicato fez. Como encaminhamento, nós tiramos uma visita, *in loco*, ao aeroporto, na manhã de ontem, para averiguar as condições de trabalho, convocando a SRT para ir conosco, e não foi. Mais uma vez a Superintendência não averiguou as péssimas condições, mas nós, que fomos na visita, eu e o Ver. Mario Fraga, junto com os trabalhadores da Câmara e com o Sindicato dos Aeroviários, vimos, primeiro, a tentativa de não nos deixar entrar no aeroporto; a tentativa de esconder a situação dos Vereadores e Vereadoras desta Casa, no sentido de barrar uma prerrogativa expressa pela legislação, que é à entrada dos parlamentares a qualquer tempo nos órgãos para

pág. 12

fiscalizar situações vinculadas a direitos humanos, condições de trabalho, enfim. Obviamente, nós entramos, porque essa é uma prerrogativa e conseguimos entrar acompanhados de cinco indicados da Infraero, que foram conosco na parte interna do Aeroporto Salgado Filho.

Nós assistimos à segunda parte, à parte invisível do Aeroporto Salgado Filho, à parte que não é de mármore, à parte que não é limpa como é à entrada dos usuários, à parte que de fato mostra a realidade daqueles que fazem o aeroporto, as aeronaves funcionarem. Nós vimos à ausência de refeitório, as pessoas comendo próximas à pista, nós vimos à ausência de vestiário, e, infelizmente, vimos um trabalhador trocar de roupa ao ar livre porque eles não têm vestiário para trocar de roupa na parte interna do Aeroporto Salgado Filho. Vimos a proximidade que existe entre o local em que os trabalhadores comem e onde são largados os dejetos retirados de dentro das aeronaves. Vimos a área de raios x, não aquela que nós, como usuários, passamos, mas aquela de raios x interna, onde mais uma vez, a bagagem de todos é submetida – bagagem que é despachada no *check-in* – e não tem nenhuma ventilação, mas, em compensação, teia de aranha tem bastante, em compensação sobra teia de aranha nesses locais dos raios x dos trabalhadores. Vimos algumas empresas que, no local de *check-in*, sequer a perna do trabalhador entra embaixo da mesa, e a mão fica numa condição absolutamente fora dos padrões de ergonomia e de segurança do trabalho para evitar as lesões por esforços repetitivos, a chamada LER. Vimos todas essas condições. Vimos também a tentativa de desvincular das empresas terceirizadas, do Sindicato dos Aeroviários, para aumentar a jornada de trabalho e aumentar a sobrecarga aos trabalhadores; e vimos também uma das terceirizadas, a única, da própria Infraero, onde o vestiário tem três por dois metros, para 200 trabalhadores, homens e mulheres, usarem o mesmo vestiário.

Então, eu trago esta denúncia à tribuna, não só para socializar que no Aeroporto existem dois mundos, não só para socializar que, em tempos de monopólio do transporte aéreo e de aumento das tarifas de transporte para os usuários, nós temos, em contrapartida, a piora das condições de trabalho daqueles que fazem o funcionamento do Aeroporto, mas também para trazer a gravidade de outra situação que nós tomamos conhecimento ontem. Ou seja, a TAP, a Empresa em que a trabalhadora sofreu traumatismo craniano, demitiu, na manhã de ontem, 20 trabalhadores que estavam se organizando em defesa de melhores condições de trabalho, deu suspensão a dois dirigentes sindicais, pelo que

foi trazido pelo Sindicato dos Aeroviários. Claramente, uma prática de perseguição sindical. Eu trago este fato a esta tribuna já dizendo que a CEDECONDH vai denunciar à Superintendência Regional do Trabalho, ao Ministério Público do Trabalho. E eu, como Vereadora, apoio toda e qualquer luta dos trabalhadores aeroviários.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): (15h16min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Quero dizer que, a partir do Requerimento da Ver.^a Mônica Leal, a nossa assessoria já viu a data do dia 13, às 14h, para a reunião com o IGP, Departamento de Criminalística e DML. Então, consulto a Ver.^a Fernanda Melchionna e a Ver.^a Mônica Leal da possibilidade da realização dessa reunião.

O SR. JOÃO DERLY (Requerimento): Solicito a inversão da ordem de priorização da votação para que possamos, imediatamente, discutir e votar o PLL nº 197/13. Após, retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Derly. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. PAULO BRUM (Requerimento): Solicito a inversão da ordem de priorização da votação para que possamos, logo após o PLL nº 197/13, discutir e votar o PLL nº 016/13. Após, retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Paulo Brum. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, eu havia feito um requerimento informalmente, e até consultei há pouco o Ver. Reginaldo Pujol. O PLCL nº 013/12, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna e deste Vereador, que está na priorização de votação de hoje – nós temos a presença da Câmara Rio-Grandense do Livro, que já foi objeto de Tribuna Popular –, que seja o terceiro a ser votado, logo após o primeiro e segundo já requeridos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Os projetos do Ver. João Derly e do Ver. Paulo Brum, conforme acordo, não terão encaminhamentos, desculpe estar interrogando-o: o seu pode ser da mesma forma?

O SR. PEDRO RUAS: Eu tenho que consultar a Ver.^a Fernanda Melchionna.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Consulte, então.

O SR. PEDRO RUAS: Eu lhe agradeço, depois eu retorno.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Vereador.

Em discussão o PLL nº 197/13. (Pausa.) O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLL nº 197/13.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, faço questão de me manifestar porque eu tenho uma manifestação contrária ao projeto; no mérito pode ser relevante. Qual é a minha preocupação? Nós já temos hoje vagas para idosos, vagas para deficientes, se formos colocar vagas até dois anos, nós vamos compartilhar tanto os *shoppings* que, daqui a pouquinho, nós vamos começar a fazer por classe social, por veículo, por automóvel, e eu não posso compactuar com isso. Poderei ser derrotado, mas eu faço aqui questão, como é minha maneira de ser, de colocar minha visão, porque quantas e quantas vezes nós olhamos as vagas para os idosos, e está lá: vaga disponível para idosos, vaga disponível para deficientes, e, muitas vezes, não se consegue uma vaga. Deficiente tem que ter, e votei com o Ver. Paulo Brum agora recentemente, só que nós vamos começar a criar tantas divergências, que essa é a minha preocupação. Bom,

pág. 15

por que dois anos? Daqui a pouquinho poderiam dizer: “Mas pode ser três anos, três anos também carecem nesse aspecto”. Daqui a pouquinho, nós vamos começar a criar novas situações que limitam. Então, nesse caso, eu quero colocar, de forma fraterna, Ver. João Derly. Respeito a posição; no mérito, eu acho que ela é relevante, mas eu acho que nós vamos começar a “fazer um Jack Estripador” nos nossos *shoppings centers* da Cidade. É o fracionamento do fracionamento, do fracionamento, do fracionamento. Então, por isso, eu venho aqui de forma fraterna. Eu sei que havíamos combinado de não discutir, mas faço questão de colocar que eu sou contrário a esse projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Encerrada a discussão. Em votação o PLL nº 197/13. (Pausa.) O Ver. João Derly está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 197/13.

O SR. JOÃO DERLY: Boa-tarde, Sr. Presidente, demais Vereadores, pessoal nas galerias, não ia subir, não ia encaminhar, mas com a manifestação do Ver. Professor Garcia senti que era o momento de encaminhar para defender o projeto. Nós sabemos que nos *shoppings* e nos hipermercados já existe, separadamente, uma área destinada para as gestantes, mas não como lei. A minha preocupação também é com as crianças de colo. Sou pai há pouco tempo, tenho uma filhinha de sete meses, e vi a dificuldade que a minha esposa passava para estacionar e encontrar vagas e como as mulheres ficam limitadas. Que bom que nós não temos nenhum problema de locomoção podemos nos locomover, mas as mães, quando estão grávidas, e, às vezes, até com gravidez de risco, e acabam tendo que procurar um local bem afastado com dificuldade para sair do carro, porque não tem um espaço viável para a barriga; e, para aqueles que têm crianças de colo, a dificuldade de pegar carrinho, de ter de montá-lo, sozinho muitas vezes, com a criança no colo. Então, há a jurisprudência de São Paulo, em que já ocorreu um projeto parecido com este, destinando 3% das vagas do estacionamento para gestantes e pessoas com crianças de colo. Não vejo por esse lado de estarmos detonando os estacionamentos dos supermercados e hipermercados, mas, sim, oportunizando, àqueles que tem dificuldade de locomoção, um local mais fácil, mais acessível e a possibilidade de frequentarem lugares como esses. Não podemos deixar gestantes impedidas, muitas

pág. 16

vezes, de ir ao *shopping*, fazer compras, enfim, por não ter local apropriado para estacionamento.

Então, esse é o nosso encaminhamento, espero que os Vereadores nos acompanhem votando favoravelmente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Any Ortiz está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 197/13.

A SRA. ANY ORTIZ: Muito boa-tarde, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara, eu venho aqui para me posicionar favoravelmente ao projeto do Ver. João Derly, todavia vejo que a preocupação do Ver. Garcia é válida. Eu acredito que não serão geradas novas vagas; apenas onde já existem as vagas destinadas às mulheres gestantes, essas mesmas poderão ser ocupadas por mães com o seu nenê de colo, pois, muitas vezes, elas têm a mesma dificuldade de uma gestante para estacionar mais perto da porta, para descarregar um carrinho, ou, até mesmo, para acessar mais facilmente o *shopping*, o supermercado, com o nenê de colo. No meu ponto de vista, essa proximidade é mais necessária às mães que já têm o nenê do que às futuras mães, que ainda estão grávidas e têm uma dificuldade um pouco menor em relação a isso.

Eu venho aqui me posicionar, João, e falar, em meu nome e em nome do PPS, favoravelmente ao projeto. Eu acho que é um projeto muito bom, que não vai criar novas vagas dentro dos *shoppings*, mas permitir que, nas vagas que já existem, as mães com crianças de colo possam estacionar o seu carro, o que eu acho excelente. Isso não cria nenhum problema para o que já existe, esses *shoppings* não terão que destinar mais vagas para esse tipo de pessoas, apenas uma permissão. Muitas vezes eu vejo essas vagas vazias, e quando a gente está caminhando em algum estacionamento, se vê que as vagas são muito longe. Tem também a questão do transporte do carrinho, das sacolas, e estarem mais próximas melhora muito as condições dessas mães. Eu o parabeno pelo projeto. Fica aqui o nosso apoio, o meu apoio, o apoio do PPS. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Professor Garcia, o PLL nº 197/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 15 votos **SIM**; 5 votos **NÃO**.

Em discussão o PLL nº 016/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Paulo Brum está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 016/13.

O SR. PAULO BRUM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, até para agilizar os nossos trabalhos, peço licença para encaminhar da minha Bancada.

Na verdade, Sr. Presidente, é mais um daqueles projetos que, talvez, nem precisássemos utilizar toda a Câmara. O que queremos com esta proposição? É já também em função do Ano Internacional das Pessoas com Deficiência. Existe, hoje, em Porto Alegre, uma camada imensa da população de pessoas com deficiência física que utilizam a cadeira de rodas, com dificuldade extrema de locomoção, que não estão sendo atendidas no seu direito básico de ir e vir. Com esta proposta, nós queremos que o Executivo Municipal implante, em Porto Alegre, um sistema de transporte porta a porta, que possa buscar essas crianças e levá-las até um estabelecimento de reabilitação física, de educação, enfim, que possibilite que esses cidadãos tenham o seu direito garantido.

Portanto, Sr. Presidente, não estamos reinventando a roda: em outras Capitais, em outras cidades do País já existe este sistema de transporte. Nós queremos, portanto, fazer justiça, e que esta Câmara, Sr. Presidente, faça com que o nosso Poder Executivo implante em Porto Alegre um sistema de transporte que possa beneficiar, em especial, muitas crianças que, hoje, ficam em casa, sem ter direito a uma reabilitação física, sem ter direito a um atendimento de saúde, sem ter direito à busca da sua educação, de uma terapia ocupacional, enfim, de um modo que possibilite a sua inclusão social.

Então, nós queremos apresentar esta proposição aos Srs. Vereadores e apelamos, gentilmente, à sensibilidade de cada um para que ofereçamos às pessoas com deficiência física extrema de locomoção, em Porto Alegre, o direito de ir e vir consagrado na nossa Constituição de 1988. Peço, portanto, o voto das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores. Era isso. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 016/13.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores presentes conosco na tarde de hoje, nossos telespectadores e ouvintes; amigo, Ver. Paulo Brum, nós temos uma posição que é a posição nossa e do Governo Municipal. Na verdade, o Ver. Paulo Brum pretende implementar em Porto Alegre um sistema de transporte coletivo que viabilize a busca, porta a porta, de cada passageiro – buscar esse passageiro em casa, sem nenhum custo para ele. Portanto, se nós implementarmos um sistema desses em Porto Alegre, não teremos de onde retirar recursos para o pagamento por esse novo serviço.

Acredito que a proposição do Ver. Paulo Brum é meritória, é interessante; agora, merece que votemos contrariamente hoje para que haja uma discussão maior para verificarmos onde buscaremos recursos para cobrir esse novo sistema que se pretende instalar aqui na cidade de Porto Alegre. Era isso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Elizandro Sabino está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 016/13.

O SR. ELIZANDRO SABINO: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, é impossível não encaminhar a votação deste projeto de lei, um projeto extremamente importante, de autoria do nosso colega Ver. Paulo Brum.

O projeto do Ver. Paulo Brum institui o serviço de transporte coletivo acessível, diz que é atendimento porta a porta, e, com a devida vênia, Ver. Ferronato, nosso Líder no Governo, nós temos que, neste momento aqui, contraditar e nos opor efetivamente ao que foi aqui referido por parte do representante do Governo. Na realidade, Ver. Paulo Brum, nesse projeto, V. Exa. vem trazendo um conforto a famílias, a pessoas que têm sofrido muito na Cidade de Porto Alegre no que diz respeito a famílias que possuem os filhos com deficiência física, com deficiência dos mais diversos tipos, e que, por razões de impossibilidade, de condições financeiras de levar até a um local para atendimento efetivo

de fisioterapia e demais tipos de atendimento, ficam com a criança em casa e, por essa razão, não podem estar realizando o efetivo encaminhamento.

Como Presidente da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, nós travamos um debate aqui na Câmara Municipal, e o Ver. Paulo Brum participou conosco e nos contemplou com a informação do projeto que ora está sendo votado por todos os colegas. Portanto, Ver. Mario Manfro, Ver.^a Jussara Cony, Ver. Waldir Canal, Ver.^a Any Ortiz, quero solicitar aos colegas para que nos unamos em prol da votação favorável a este projeto. Ver. Nedel, Ver. Villela, também gostaríamos de solicitar aos colegas, Ver. Janta, que também tem um entendimento muito claro sobre esta questão. Nós fazemos aqui um apelo aos colegas de votarmos favoravelmente a este projeto, em se tratando de que ele trará benefícios para crianças e adolescentes da Cidade de Porto Alegre. E tem um dado importante: o Ministério Público, Ver. Ferronato, já tem determinado que o Município pague porque efetivamente é assegurado esse direito de atendimento a crianças e adolescentes. O Ministério Público tem determinado para o Município que este pague o transporte social para crianças e adolescentes que estão em casa e que não podem ser levados porque os pais efetivamente não têm condições de levá-los. Encaminho pelo voto favorável, o voto “sim”, em favor do projeto do Ver. Paulo Brum. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 016/13.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu acho que a nossa Cidade é uma cidade que vem ganhando prêmios e mais prêmios por ser uma cidade que defende as crianças e tem se transformado numa cidade que respeita o direito de todos. Acho que maior dignidade do que as pessoas deficientes da nossa Cidade, principalmente as crianças, terem um acesso ao atendimento porta a porta... Nós não podemos ter a desculpa de que não temos orçamento. Nós estamos destinando – e aprovamos aqui na LOA – mais de três milhões para a Secretaria dos Animais. É justa a vacinação, a castração, é justo nós termos carros que recolham os animais que estão nas ruas, agora, mais justo ainda é uma criança deficiente, mais justo ainda é um idoso

deficiente, mais justo ainda é uma pessoa com deficiência poder se locomover. A gente vê a necessidade, a dificuldade que as famílias têm para levar os seus entes queridos até o médico, Ver. Tarciso, imagina levar no que nós aprovamos anteontem aqui nesta Casa, levar a ter acesso ao conhecimento, ter acesso à cultura, levar essas crianças, esses idosos, essas pessoas a fazerem um exame, a consultarem. Então, acho que nós podemos e acho que a Prefeitura de Porto Alegre pode aprovar esse projeto e buscar recursos para isso, buscar recursos do Governo Federal, buscar recursos com as empresas de transporte de passageiros, buscar recursos através do fundo, criar um fundo para pessoas com deficiência. Acho que, se nós tivermos uma lei dessas, criatividade com os técnicos da Prefeitura, para os gestores públicos, para buscar recursos para disponibilizar, como diz bem o Projeto do Ver. Paulo Brum, o serviço de transporte coletivo Disque-Atendimento Porta a Porta no Município de Porto Alegre para as pessoas com deficiência... Acho que as empresas de transporte podem disponibilizar veículos para fazer isso, recursos não vão faltar. Essa pode ser uma grande contrapartida dos empreendimentos que se instalam em Porto Alegre. Acho que nós não podemos abrir mão de chances e oportunidades de dar esse direito à cidadania aos deficientes. Todos nós, Vereadores de Porto Alegre – que, na Semana do Deficiente, aprovamos o Projeto nesta Casa –, nesta Semana em que se comemora o Dia Internacional do Deficiente, Vereador, temos esse compromisso com o povo de Porto Alegre que tem necessidade de se locomover e que não tem essa dignidade de sequer ir ao médico. Então, nós encaminhamos a favor, e que seja aprovado este Projeto, em nome da Bancada dos independentes. Força e fé; vamos seguir lutando pelo povo de Porto Alegre!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 016/13.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Ver. Dr. Thiago; demais Vereadores e Vereadoras, público que nos assiste. Primeiro, eu quero parabenizar o Ver. Paulo Brum pela competência com que trata assuntos dessa natureza. Quero dizer, Ver. Paulo Brum, que está se tornando uma rotina – eu até brincava com o Vereador antes: votar sempre favoravelmente aos projetos do Ver. Paulo Brum. Projetos realmente bem elaborados e

necessários para a nossa Cidade, que só vêm a ajudar. Então, eu só tenho que parabenizá-lo, Ver. Paulo Brum, pelas suas iniciativas.

Eu estava lendo o seu projeto, e, realmente, o senhor busca fundamentação na Constituição Federal e Estadual, que dizem claramente que tanto a União quanto o Estado e o Município têm essa responsabilidade de prestar esse tipo de serviço a essas pessoas. E nós, Vereadores, estamos acostumados a vir a esta tribuna, Ver. Brasinha, e dizer que temos que lutar pela igualdade, que as pessoas têm que ter os seus direitos, defender as crianças e os adolescentes, Ver. Elizandro Sabino. Então, acho que nenhum Vereador será contrário a um projeto que é justamente isto: trazer o direito às pessoas portadoras de deficiência, principalmente, aos jovens. Eu não acredito que nunca um Vereador não tenha sido abordado por alguém numa comunidade, principalmente, nas mais carentes, e que, naquela família, não tenha uma pessoa que não tenha uma dificuldade, e tenha dito: “Tenho uma criança aqui que precisa, é cadeirante, eu tenho dificuldade para levá-lo para a escola, eu não consigo chegar ao posto de saúde”. Muitas vezes, ainda, nessas vilas carentes, a gente vê a dificuldade, a rua que não tem asfalto, que é um perau, e as pessoas não conseguem chegar lá, Ver. Mario Manfro. Então, esse projeto do Ver. Paulo Brum é justamente para buscarmos o direito dessas pessoas de ir e vir, que o Município, o Estado, a Federação que têm a obrigação de fazer isso, muitas vezes não o fazem. Então, não tem como, e não acredito que os Vereadores serão contrários a um projeto que busca justamente o já está previsto na Constituição Federal e na Estadual, que o Município exerça aquilo que já está previsto: dar condições para que essas crianças possam chegar à escola, ao posto de saúde, e possam sair e terem a sua reabilitação e o mínimo de igualdade com as outras.

Portanto, serei favorável e faço o pedido aos meus Pares que votem favoravelmente, porque o projeto do Ver. Paulo Brum é necessário para maior igualdade e mais condições para as crianças que mais precisam. Conte comigo, Vereador.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o PLL nº 016/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão PR nº 049/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 157/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM.**

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em discussão o PLCL nº 004/13. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para discutir o PLCL nº 004/13.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Boa-tarde a todos e todas. Quero ocupar menos de cinco minutos, porque hoje temos uma tarde com muitos projetos, e esta Câmara tem que seguir por aí fazendo o seu papel de votar e discutir os projetos.

Ocupo este espaço apenas para esclarecer que o projeto teve parecer favorável em todas as Comissões. Trata-se de uma contribuição a um Projeto de Lei, hoje uma Lei Complementar, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, se não me engano aprovado em 2007, ao qual apenas fizemos uma complementação. Na sua proposição, o Município ainda há de fazer um programa de incentivo ao uso de energia solar. Na Lei Complementar, essa que estamos contribuindo – e acreditamos, melhorando –, ali ficou definido que o objetivo desse programa seria o aproveitamento da energia solar para o aquecimento de água em imóveis e a conscientização da população sobre os benefícios da energia solar. Nós, então, estamos acrescentando simplesmente também a energia fotovoltaica.

O Ver. Aírto Ferronato: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Estamos afirmando que vamos votar favoráveis ao projeto.

O Sr. João Carlos Nedel: O que é fotovoltaica?

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Ver. Nedel, fotovoltaica é o uso da energia solar para transformação em energia elétrica. Eu, inclusive, quando entrou na pauta de discussão, apresentei aqui uma foto do telhado do meu prédio – eu moro no último andar –, consegui autorização do condomínio, coloquei lá um painel fotovoltaico, e tem um medidor dentro

da minha casa, que fica girando diariamente, quando tem sol forte, logicamente, então eu já consigo transformar a energia solar, para minha residência, em energia elétrica. Apenas para não perder o raciocínio, Ver. Villela, já há uma resolução da Aneel que prevê que se você gerar mais energia do que aquilo que você consome, você poderia creditar isso para usar no momento em que tem um consumo maior. Portanto, ainda não está implementado.

O Sr. Guilherme Socias Villela: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Só para acrescentar, Ver. Mauro, é que não só apoio integralmente o Projeto, como fui Relator, na CEFOR, e foi aprovado por unanimidade. Eu acrescentaria, na definição que alguém solicitou aqui, que é a energia elétrica através de células fotovoltaicas.

Recentemente, até houve um Seminário, na Fiergs, apoiando essa ideia dentro das concepções de Hannover, da experiência de Hannover. Portanto, permita-me enaltecer o Projeto de V. Exa. dizendo que votarei a favor.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Eu agradeço.

A Sra. Mônica Leal: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Rápido, só para registrar o apoio da Bancada Progressista nessa sua alteração ao meu Projeto, na Lei Complementar, e dizer que é uma energia limpa e econômica muito bem-vinda. Então, apoiamos a sua iniciativa.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Agradecemos.

O Sr. Idenir Cecchim: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Sgarbossa, V. Exa. que é quase meu conterrâneo, ou conterrâneo, eu considero, preocupado com essa energia limpa, nós que viemos do Município de Ibiraiaras – “rainha das matas” –, preocupados com a nossa natureza, quero cumprimentá-lo pelo apoio que V. Exa. está recebendo aqui, no seu pronunciamento, no encaminhamento do projeto. Parabéns, a Bancada do PMDB o acompanha.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Agradeço ao Ver. Cecchim, e à sua Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Marcelo Sgarbossa prossegue a sua manifestação de discussão do PLCL nº 004/13, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Mauro Pinheiro.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: O Ver. Mauro Pinheiro se inscreve e me cede o seu tempo, e talvez nem seja necessário. Mas, enfim, tudo indica que o projeto será aprovado em instantes, mas acho que mais do que ser aprovado, a ideia é de que nos conscientizemos de que a energia elétrica que usamos nas nossas residências é fruto da energia elétrica, portanto há um dano ambiental na construção de hidrelétricas, mas também é advinda da queima de carvão, por exemplo, aqui de Candiota, então, portanto, estamos queimando combustível fóssil para uso da nossa energia elétrica nas nossas residências, comércio, e aqui, mesmo, na Câmara de Vereadores. Eu quero aproveitar os últimos segundos para fazer aqui uma grande homenagem ao engenheiro Luis Maccarini, um militante dessa causa, que defende o uso da energia solar, faz palestras de forma voluntária e foi quem instalou o painel fotovoltaico lá na nossa residência. Portanto, nós estamos aqui pensando não só no presente, na economia. O Ver. Mauro Pinheiro me perguntou o quanto economiza de energia, e eu diria que há, já, uma economia, mas é claro que, se você colocar simplesmente em termos financeiros, você precisa de uns cinco, oito anos para conseguir reaver aquilo que você investiu na colocação do painel, justamente porque ainda não há esse programa de incentivo. E a gente sabe, conforme uma notícia, que o Município, no ano passado, tentou constituir um Grupo de Trabalho, que não andou, infelizmente, mas agora, com a aprovação do projeto, nós vamos colocar energia nisso, para que tenhamos um Grupo de Trabalho que faça uma proposta para criar, efetivamente, esse programa de incentivo, talvez com redução do IPTU ou com outras formas de benefício para que as pessoas sejam incentivadas a colocarem painéis fotovoltaicos em suas residências.

O Sr. Cassio Trogildo: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.). Ver. Marcelo, gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa. Já havia lhe dito, pessoalmente, que era favorável ao encaminhamento do projeto, e encaminhamos, aqui, favoravelmente, em nome da Bancada do PTB. Parabéns! Eu acredito que logo vai virar lei. Um abraço.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Temos uma tarde cheia de trabalho, então agradeço, Presidente, pela oportunidade e pela compreensão dos colegas. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Obrigado, Ver. Marcelo Sgarbossa. Encerrada a discussão. Em votação o PLCL nº 004/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. MAURO PINHEIRO (Requerimento): Ver. Dr. Thiago, solicito a retirada do PLL nº 142/13 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje, ficando para uma próxima Sessão, em função de seu autor, o Ver. Alberto Kopittke, estar em representação externa.

A SRA. LUIZA NEVES (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar para a discussão e votação do Requerimento nº 185/13. A Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria está nos assistindo pela TVCâmara, e eles têm uma homenagem, também nesta tarde, em Santa Maria. Após, retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Solicito às Lideranças que compareçam à Mesa. (Pausa.) Agradeço a presença de todas as Lideranças.

Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Ver. Luiza Neves. (Pausa.). Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 185/13. (Pausa.) O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 185/13.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Desculpem, Srs. Vereadores, mas eu vou encaminhar. Eu quero fazer um cumprimento especial à Ver.^a Luiza Neves. Tenho certeza que é um sentimento de todos os Vereadores, mas em momentos como esse, nós enfrentamos uma espécie de dilema. O Ver. Idenir Cecchim foi secretário da SMIC; aqui, o ex-vereador Adeli Sell foi secretário da SMIC. Hoje nós vemos as famílias clamando por justiça e cobrando que os Secretários responsáveis pela liberação de empreendimentos daquela natureza sejam responsabilizados. A sociedade deseja que todos aqueles que tenham um grau de responsabilidade por eventos trágicos como esse, que enluta e marca indelevelmente a história do nosso Estado, sejam responsabilizados, Ver.^a Jussara.

Por outro lado, é difícil ser secretário, ser chefe de fiscalização, ser Prefeito de uma cidade, quando vai se querer fazer no nosso País coisa séria. Interesses se organizam para fazer pressão, para fazer *lobby* e para fazer com que o secretário tenha dificuldade de cumprir aquilo que é a sua obrigação.

O nosso País está cheio de coisas erradas, mas parece que está errado sempre “é na porta do vizinho”; na nossa nunca está errado. Então, o cara tem uma casa que, desculpem, não tem nada: não tem plano de combate a incêndio; não tem acesso a cadeirante, não tem isolamento acústico, não tem absolutamente nada. Explora, inclusive, os músicos, lá dentro, porque paga uma mixaria. Mas aí, de repente, Secretário Cecchim, o senhor vai lá, e porque quer fazer cumprir a lei, porque ele não tem plano de combate a incêndio, porque ele não tem nada, então interdita. E aí, no dia seguinte, arregimentam-se certas forças democráticas, Ver.^a Luiza Neves, acusando o Secretário, que está fazendo o seu papel, de arbitrário, de intolerante, de radical, de inimigo da noite, de inimigo da festa, de inimigo da juventude. Isso que falei não é de outro mundo, aconteceu e acontece aqui conosco; acontece, Ver. Cassio, com o Secretário Goulart, que está lá hoje, aconteceu com o Secretário Omar Ferri Jr., aconteceu comigo, com o Secretário Idenir Cecchim, com o Secretário Adeli Sell e acontecerá com qualquer um que queira fazer cumprir a lei. Aí vêm as diversas argumentações, tergiversações, e as pessoas dizem que é muito complicado, é muito burocrático, porque não ajudam, não fiscalizam, não permitem, não flexibilizam. Mas flexibilizar o quê? Quando diz respeito à vida das pessoas, resgatam 240 almas, alentam 240 famílias, destruídas, destroçadas? Claro que não, nunca mais. Mas sempre há demagogia.

Eu fiz questão de subir aqui... Peço perdão ao Ver. João Carlos Nedel, à Ver.^a Luiza e aos outros Vereadores que deram acordo, mas é um direito deste Parlamentar e de qualquer um dos senhores e das senhoras, direito conferido pelo voto, especialmente nisso para mim que é muito dolorido, Ver. Bernardino, porque nós interditamos, na minha época, 41 casas noturnas em Porto Alegre, quando eu fui Secretário. Fizeram protesto na Rua Sofia Veloso, fizeram a ocupação da Rua Padre Chagas, quebraram carros, atiraram chinelos, fizeram horrores, porque nós, segundo diziam, éramos arbitrários, fechávamos porque éramos sádicos, Ver. Garcia, porque não gostávamos. E parece que existem pessoas que querem acreditar nessas coisas, porque existem pessoas que compram essas versões. Mas eu tenho certeza... Eu deitava a cabeça, à noite, em casa, olhando para as minhas crianças e, ao acordar, dizia o seguinte: se um dia der uma porcaria em uma casa dessas, eu responderei para sempre. Ou então por que o dono do Opinião tem que fazer um bar no Estado da arte, contratar arquiteto, plano urbanístico, plano de combate a incêndio, e tudo, e o outro abre, ali do lado, uma garagem de qualquer jeito! Mas que equidade é essa? O Poder Público não pode distinguir. Se a regra existe, se a lei existe, vale para todos. E porque, infelizmente, nós somos sensíveis a essas coisas, e eu digo nós, os políticos, a certas demagogias, é que às vezes a gente afrouxa naquilo que deve ser rígido, na fiscalização. E depois que dá a porcaria, a tragédia, aí se cobra: ah, mas por que não fizeram? A pergunta não é essa. É por que a sociedade não apoia as coisas que às vezes parecem ser antipáticas, mas que são absolutamente necessárias. De novo, porque para valores como os da vida, que é o mais sagrado que existe, não há meio-termo, não há brincadeira, não há tergiversação e, se há alguma coisa com que temos que ser absolutos é com isso. Portanto, parabéns! Sei que isso sequer serve de alento, porque nada consola essas famílias, mas pelo menos nós devemos estender as nossas mãos e as nossas orações para que elas encontrem luz. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Destaco a presença do Ver. Rafael Alves, de Uruguaiana.

O Ver. Mario Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 185/13.

O SR. MARIO FRAGA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste nas galerias e pela TVCâmara, o Ver. Valter foi muito bem no seu discurso, por isso resolvi encaminhar pela nossa Bancada, porque tenho certeza que a Ver.^a Luiza Neves tem o apoio do Ver. Dr. Thiago, do Ver. Márcio Bins Ely, do Ver. Nereu D'Avila, do Ver. Delegado Cleiton e deste Vereador. Um simples requerimento é importante, porque é mais uma lembrança.

Ver. Valter Nagelstein, eu vim a esta tribuna por causa do seu discurso, porque não são só os Secretários que sofrem pressão, tenho certeza que todos os Vereadores já sofreram essa pressão aqui: hoje, o Ver. Cassio Trogildo; antes, o Secretário, tenho certeza que já foi visitado pelos eleitores, conhecidos para fazerem pedidos. Comigo também: me ajuda, Ver. Mario Fraga, lá na SMIC; Ver. Mario Fraga, me ajuda na SMOV. Todos nós sofremos, não são só os Secretários, Ver. Valter Nagelstein! Eu tenho certeza, Ver. Guilherme Socias Villela, que é novo nesta Casa, já devem ter batido no seu gabinete pedindo um favor; tentando um jeitinho, Ver. Pedro Ruas, que é da área jurídica. Eu falo aqui até na iminência de perder votos e amigos, Ver.^a Luiza Neves, mas faço questão de falar neste momento, porque os movimentos das ruas e outros movimentos terminaram, Ver.^a Fernanda! Não tem mais o jeitinho, as pessoas não estão mais acostumadas! Não tem mais o jeitinho brasileiro, não tem mais o jeitinho gaúcho. O Secretário está lá para cumprir as ordens, cumprir a lei! Então, Ver.^a Luiza, veja como é importante; parecia tão simples o Requerimento de V. Exa. para aquelas, infelizmente, hoje tristes famílias que vivem lá. Perder mais de 240 familiares é uma loucura! A gente nunca pensou que iria acontecer em nosso Estado, no nosso País, e aconteceu essa tragédia. E essa tragédia veio para isso que o Ver. Valter falou, tanto para o Secretariado como para nós todos, Vereadores, que sofremos pressão, sim, aqui em nossos gabinetes. Ver.^a Luiza Neves, meus parabéns e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Luiza Neves está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 185/13, como autora.

A SRA. LUIZA NEVES: Desculpa, Presidente e Vereadores, havia acordo para não encaminhar, mas, como autora desta Moção, eu só quero fazer um registro aqui que essa

Associação de Vítimas dessa tragédia lamentável, que ceifou a vida de 242 jovens... Todos aqui, mães ou pais, sabem ou imaginam o que é a dor de perder um filho. O Sr. Aderbal Alves Ferreira, que é Presidente dessa Associação, relatou que eles estão sofrendo. Eles não querem prender ninguém, mas querem uma solução para os seus casos. As suas vidas acabaram, pararam, a partir de janeiro, vai fazer um ano que eles não dormem mais, não vivem mais, e esta Câmara aqui, é a primeira Câmara do Brasil que está movendo uma Moção de Apoio a essa Associação. Então, só fica aqui o meu registro e o meu pedido de apoio também aos Pares desta Casa que seja aprovada esta Moção. Muito obrigada e que Deus abençoe a todos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 185/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu queria rapidamente falar aqui, na tribuna, a posição do PSOL, minha e do Ver. Pedro Ruas, evidentemente favoráveis, Ver.^a Luiza Neves, à sua proposta de moção, uma proposta que apoia a Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria, que tem, como seu presidente, o Sr. Aderbal Alves Ferreira. Eu tive a oportunidade de conhecê-lo durante a ocupação que ocorreu na Câmara de Santa Maria, porque estivemos prestando apoio e solidariedade a um momento, por um lado, tão difícil da vida dos pais, familiares, amigos, colegas na UFSM, das 242 vítimas que tiveram as vidas brutalmente ceifadas por conta da irresponsabilidade daqueles que colocam o lucro acima da vida e, portanto, construíram uma casa noturna que não tinha nenhuma sinalização para saída de emergência, nem saída de emergência diferente, uma espuma altamente inflamável. Mas o mais impressionante disso tudo é como uma casa, como a Boate Kiss, poderia ter alvará de funcionamento, porque, ao fim e ao cabo, existe a responsabilidade dos proprietários, existe a responsabilidade dos que usaram materiais inflamáveis, mas existe a maior responsabilidade do Governo Schirmer, das secretarias de terem liberado alvarás em um lugar sem condições absolutas, sem nenhuma condição de funcionamento. E o mais grave disso tudo é que, mesmo diante dessa tragédia, da tristeza pelo que ocorreu em 27 de janeiro, da raiva, do choro, da emoção de todos nós

que acompanhamos pela TV, que acompanhamos em Santa Maria – vários se deslocaram até lá –, nada se compara ao que viveram os pais e as mães de família, nada se compara, mas que, mesmo diante disso tudo, nós tenhamos assistido a tentativa, que na prática se concretizou, de transformar a CPI da Câmara de Santa Maria em uma pizza, quando nós estamos tratando das vidas de 242 pessoas. E é por isso que esse movimento, essa associação, o Movimento do Luto à Luta, e todos os jovens que apoiam e que são parte desses movimentos, como o jovem Alídio e tantos outros que estão lá, em Santa Maria, lutando junto com os familiares, fizeram aquela ocupação na Câmara de Santa Maria para mostrar a sua indignação à sociedade, para mostrar a sua inconformidade diante da Justiça cega, falha e tardia, que em nada vai reparar a vida dos 242 jovens. Não, mas diante da perda e da dor brutais, sequer Justiça ainda foi feita. Então, eu quero deixar o nosso registro, do Ver. Pedro Ruas e o meu, apoiando a sua Moção à Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria, quero deixar a nossa solidariedade, e deixar, sobretudo, o nosso compromisso de luta, o nosso apoio incondicional à luta dos familiares dessa Associação, do Movimento do Luto à Luta, dos jovens, de toda a sociedade de Santa Maria por Justiça. Os familiares e o povo de Santa Maria têm o direito à Justiça. (Palmas.)
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. João Derly está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 185/13.

O SR. JOÃO DERLY: Sr. Presidente, demais Vereadores, quero cumprimentar a Ver.^a Luiza Neves, proponente da moção, encaminho, em meu nome e em nome da Ver.^a Jussara Cony, Bancada do Pcdob, que essa moção venha a se somar à nossa moção aprovada no início do ano, aos familiares, ao Reitor da UFSM, com o nosso reconhecimento e o nosso carinho pelas pessoas que sofreram algum dano durante a tragédia da Boate Kiss. Estive, há pouco tempo, em Santa Maria e pude conversar um pouco mais com as famílias. A cidade ainda está muito abalada, tu percebes no semblante das pessoas, e uma forma desta Casa demonstrar um carinho, ao menos através de palavras, é a manifestação que nós podemos fazer neste momento, como a Ver.^a Fernanda Melchionna falou há pouco. Nós temos, sim, que cuidar, assim como

houve a ocupação lá na Câmara, pela indignação dos jovens pelo que está acontecendo para achar os responsáveis e punir aqueles que provocaram o sentimento de revolta dessas pessoas. Então, somos favoráveis à moção da Ver.^a Luiza Neves. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento nº 185/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**
(Palmas.)

Um abraço afetuoso a todos os familiares das vítimas de Santa Maria e a nossa sincera saudação.

A SRA. SOFIA CAVEDON (Requerimento): Sr. Presidente, nós estamos numa construção bastante rica com a diversidade dos representantes, editores, tanto do Rio Grande do Sul quanto de fora, livreiros, sobre o projeto que está previsto para votação, o último da lista de hoje. Ontem, aconteceu uma última reunião na Câmara Rio-Grandense do Livro, quando se evoluiu para uma redação final, com um grande acordo, que, agora, deverá ser traduzido em emendas. Então, solicito que a discussão e votação do PLL nº 273/13 seja adiada para a próxima segunda-feira, em função dessa construção.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que solicita a retirada de tramitação da Emenda nº 01 ao PLL nº 105/13.

Em votação o Requerimento do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Convido todos os membros desta Casa e público telespectador para o 1º Fórum de Planejamento Familiar desta Casa, que se realizará no dia 10 de dezembro, neste plenário.

Em discussão o PLL nº 105/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 105/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente e Srs. Vereadores, este é um projeto simples, mas importante. Conversei com as lideranças, o Relator deste Projeto foi o Ver. Engº Comassetto, e repito que é um projeto simples, mas importante para a Cidade. Considera de interesse público o Plano Diretor de Porto Alegre, Ver. Valter Nagelstein. Acho que não há nada mais de interesse público do que obedecer ao Plano Diretor da Cidade. É um dos documentos, se não o mais importante, um dos mais importantes para a cidade de Porto Alegre, o Plano Diretor – aprovado pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Além disso, ele atende ao que pede a Lei: “...Atendendo ao disposto no art. 94, da Portaria nº 256, da Aeronáutica”. Ele dá ao Executivo Municipal 30 dias para regulamentar essa lei. Acho que está mais ou menos bem esclarecido, e eu peço que se coloque em votação, até para que se ganhe tempo. A Emenda nº 02 é emenda de redação, para que fique claro. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. João Carlos Nedel assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 105/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação o PLL nº 105/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Em discussão o PLCL nº 013/12. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLCL nº 013/12.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; fico feliz em discutir um assunto tão importante, Ver. Valter Nagelstein, vejo o Ver. Mario Fraga

também muito atento a esse assunto, porque sobre livro, leitura, escritores nós temos bastante o que falar. O Ver. Valter Nagelstein, principalmente, tem um patricio seu, o nosso imortal Moacyr Scliar, que é porto-alegrense, escritor, imortal, e nós temos tributos, durante toda a nossa vida, para todos os porto-alegrenses, para os riograndenses e para os brasileiros. Mas quantos escritores estão espalhados por Porto Alegre, precisando de uma oportunidade, precisando de um pequeno incentivo, precisando de um pequeno empurrãozinho? A cultura, a leitura, o escritor e o Poder Público não podem ficar desassociados, o Poder Público não pode ficar cego a isso, não pode ficar ausente. Então, Ver.^a Fernanda Melchionna, V. Exa., com o Líder do Governo, constrói uma emenda para facilitar ou para convergir no que interessa e no que é possível fazer, Governo e proponente. Tenho certeza de que, com esse tempo e com essa emenda que V. Exa. e o Líder do Governo estão fazendo, vão chegar a um bom termo, e nós poderemos votar, Ver. Aírto Ferronato, que me sinaliza positivamente, e aplaudir a iniciativa. Nós, de Porto Alegre, os Vereadores de Porto Alegre, aplaudimos e incentivamos os escritores para, quiçá, termos mais seguidores de Moacyr Scliar aqui na nossa cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLCL nº 013/12.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores; eu quero agradecer as referências do Ver. Idenir Cecchim e dizer que, de fato, todos nós temos muito a nos orgulhar do nosso Moacyr Scliar, do nosso Erico Verissimo, Alceu Wamosy. Eu poderia arrolar aqui um sem-número de escritores gaúchos, o poeta Luiz de Miranda, que há poucos dias passava publicamente por dificuldades.

Meu querido sogro que aqui está, um abraço carinhoso.

Mas, Ver. Villela, este assunto tramitou na nossa Comissão de Economia; então, eu subo à tribuna para uma manifestação técnica. Eu acho, Ver. Tarciso, que o livro é uma coisa sagrada. E, mais do que isso, acho que deveríamos estimular e ter um marco legal aqui para que, nas nossas escolas, a cada ano, Dr. Gil Almeida, pelo menos aos nossos

jovens fossem apresentados – e o Governo doasse – os grandes clássicos da literatura universal. Até já falei sobre isso, há três ou quatro anos, aqui na tribuna, quando nós votávamos outro Projeto de Lei, e eu achava, continuo achando, mais do que isso, tenho convicção de que isso é fundamental até na formação do caráter, da espinha dorsal do caráter do ser humano: nós poderemos ler um Victor Hugo, um Shakespeare, um Dostoiévski, os nossos autores brasileiros e gaúchos, o nosso baiano Jorge Amado, e tantos outros que nos orgulham – o clássico *Grandes Sertões: Veredas* –, e por aí vai. Mas, a Ver.^a Fernanda propõe um Projeto que, com o devido respeito, não encontra sentido. Porque o Ver. Guilherme Socias Villela, solicitou, como integrante da CEFOR, uma diligência ao Presidente da Comissão; eu, imediatamente, deferi a diligência; o Presidente da Casa encaminhou à Secretaria da Fazenda, e a Secretaria da Fazenda se manifesta nos seguintes termos: “Em atenção ao Pedido de Diligência da Câmara Municipal de Porto Alegre para pronunciamento desta Secretaria Municipal da Fazenda, referente ao PLCL nº 013/12, que inclui no rol de isentos do pagamento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza os escritores com residência comprovada no Município de Porto Alegre, durante a sua participação em atividades de incentivo à leitura, temos a informar que, conforme manifestação da assessoria técnica do gabinete desta Secretaria, Parecer 34, fl. 34 e 35, a prestação de serviços de escritor não se encontra capitulada como hipótese de incidência de ISSQN, ou seja, estamos tratando de uma isenção para profissional escritor que não se encontra passível de tributação.”

Portanto, Ver.^a Fernanda Melchionna, o seu projeto, com o devido respeito, é inócuo, porque é um *bis in idem*, porque o escritor já não paga – a Secretaria da Fazenda está dizendo que o escritor já não paga. Então, não há porque legislar sobre algo que não há necessidade! Com todo o respeito à ilustre Vereadora, nós estamos até perdendo tempo aqui, porque o profissional já é isento, o livro tem imunidade tributária: livro não paga imposto, não paga tributo. O escritor, informa a Secretaria, não paga. O que a Vereadora está propondo é o seguinte: que a Câmara diga que escritor não paga, e o que o governo está dizendo é que a Vereadora não precisa dizer, porque o escritor já não paga.

Então, Srs. Vereadores, eu queria chamar a atenção de V. Exas., atendendo a promoção do Ver. Guilherme Socias Villela e lendo a manifestação da Secretaria Municipal, datada de 26-4-2013, tempo suficiente para que a autora tivesse, inclusive, tomado ciência da

manifestação e que tivesse retirado da priorização o projeto, assinada em 26 de abril de 2013, por S. Exa., Secretário Municipal da Fazenda, Roberto da Luz Bertoncini.

Portanto, não é que não tenha mérito, a ideia é meritória, mas já se encontra contemplada, pelo que, obviamente, eu sugeriria à Vereadora, com o devido respeito, que retirasse o projeto da Pauta, porque não há razão de nós votarmos aquilo que já existe. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCL nº 013/12.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Primeiro, eu quero agradecer a todos Vereadores e Vereadoras que já declararam apoio ao nosso projeto, quando o Presidente da Associação Gaúcha dos Escritores esteve aqui, o escritor Caio Riter, e explicou essa situação. Eu imagino que o Ver. Valter Nagelstein não devia estar presente, porque todos os argumentos que ele trouxe à tribuna, de maneira desinformada, foram esclarecidos, naquele momento, pelo requerente desse projeto, que tem a nossa assinatura, minha e do Ver. Pedro Ruas, justamente porque não tem a prerrogativa de as associações poderem protocolar projetos diretamente na Câmara de Vereadores. E quero agradecer também ao Líder do Governo, Ver. Airto Ferronato, e ao representante da Fazenda, porque nós conseguimos fazer uma reunião e dirimir as dúvidas em relação àquilo que está na lei e àquilo que ocorre no mundo real, no mundo de carne e osso dos escritores que encontram as mais difíceis situações para poderem sobreviver da escrita e da sua produção literária. Todos sabem que os escritores, os ilustradores, os gráficos, na cadeia produtiva, são os que menos recebem apesar de o seu trabalho ser o que nos emociona, quando temos conhecimento, quando temos a leitura de um livro e, ao mesmo tempo, diante dessa situação de ausência de inclusão de isenção dos escritores na lista dos isentos do ISSQN, por mais que a Fazenda corretamente tenha a ciência de não requerer o pagamento, os órgãos contratantes, Ver. Villela, solicitam a ficha cadastral, a famosa FID, e fica uma eterna burocracia em que os escritores são lesados, dias e dias, do seu tempo, porque não está na lei uma frase módica dizendo que os escritores são isentos desse imposto municipal. E é isto que vamos fazer com esse projeto: poupar o tempo dos

nossos escritores para que tenha, na legislação municipal, o reconhecimento ao seu trabalho, o nosso respeito, o nosso carinho aos escritores, mas muito mais que isso, o respeito ao seu precioso tempo.

O Sr. Guilherme Socias Villela: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Eu fiz essa solicitação em função de uma reflexão que vou fazer. Não é muito fácil eu estar de acordo com as suas ideias aqui dentro; também não é muito fácil estar em desacordo com o que disse o prezado Ver. Valter Nagelstein. Eu, inclusive, participei da CEFOR rejeitando praticamente este projeto. Posteriormente, eu fui recorrer à lei por mim elaborada em 1976, que dava isenção a autônomos; digo, não só a autônomos, mas a profissionais mais humildes como barbeiros, cabeleireiros, manicuras. Depois, eu cheguei à conclusão de que, a par do mérito desse projeto, existe uma necessidade de se bem esclarecer o que seja o escritor autônomo, e eu realmente não encontrei isso. Eu pedi este aparte para dizer que apoio este projeto mesmo contrariando pessoas por quem tenho muito respeito, como o Ver. Valter Nagelstein. Muito obrigado.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Muito obrigada, Ver. Villela. Eu agradeço o seu voto, o seu apoio, e tenha certeza de que nós estamos fazendo justiça. Eu tenho a compreensão de que os trabalhadores autônomos deveriam estar isentos, e os escritores, certamente, deveriam se enquadrar nessa categoria, mas os órgãos e as entidades que fazem atividade de fomento à leitura não têm essa visão, uma vez que não está, de fato, na lei, escrita a redação dos escritores.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.^a Fernanda Melchionna prossegue a sua manifestação de discussão do PLCL nº 013/12, a partir deste momento, por cedência de tempo do Ver. Pedro Ruas.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Obrigada. Eu gostaria de, neste tempo de tribuna, ler o motivo pelo qual o Presidente da Associação Gaúcha dos Escritores, o Sr. Caio Riter, nos pediu esse projeto, mas, antes, vou conceder um aparte ao Ver. Elizandro Sabino.

O Sr. Elizandro Sabino: Ver.^a Fernanda, o depoimento do Ver. Villela é por demais importante para enriquecer o debate e, não obstante a manifestação do Ver. Valter, também o esclarecimento de Vossa Excelência. Incluir no rol de isentos – esse é o projeto de autoria de V. Exa. –, ao que dá conta da sua manifestação, vai desburocratizar, porque hoje já há, efetivamente, essa previsão, mas, naturalmente, a burocracia causa muitas dificuldades a esse que é um escritor autônomo, depende, muitas vezes, da sua obra literária. Portanto, eu quero, já de antemão, dado o debate que aqui está se estabelecendo, dizer que apoio também o projeto de Vossa Excelência.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Muito obrigada, Ver. Elizandro Sabino. Agradeço o apoio e a forma sintética como o senhor apresentou a nossa proposição.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Quero dizer que li ali mais atentamente e ouvi, sobretudo, a manifestação do Ver. Villela e a fala do Jackson, que é o técnico da Fazenda que aqui está. De fato, eles reiteram que há essa imunidade, mas também há mérito no seu projeto de tornar mais claro. Diante do que, acho que é uma característica importante a humildade de nós podermos reconhecer quando erramos, de podermos rever as nossas decisões. Volto a dizer: pode ser inócua a sua lei, mas acho que ela tem o mérito, sim, de tornar mais clara, expressando a figura do escritor, para que o burocrata também fique mais confortável na hora que tiver que tomar decisão. Por isso, eu quero dizer que revejo a minha posição e acompanho V. Exa. no voto. Muito obrigado.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Obrigada, Ver. Valter. Só para fazer uma correção. Evidentemente, gostaríamos muito que a Câmara aprovasse por unanimidade este projeto, é um reconhecimento aos nossos escritores, mas nós temos certeza de que não será um projeto inócua. O fato de constar no rol de isenções os escritores da nossa Cidade, que, fazendo atividades de fomento à leitura fiquem, pela lei, isentos de impostos, fará com que qualquer contratante, qualquer instituição não requeira a tal da FID, ficha cadastral para o recolhimento dos impostos. E fica numa burocracia interminável: o escritor querendo fazer a FID, a Fazenda dizendo que não precisa da FID e o órgão dizendo que precisa da tal da FID.

Muitas vezes, o escritor, Ver. Mauro, que me ouve com atenção, Ver. Pujol, tem que botar lá no seu rol de atividades que é professor, que é biólogo, para ter alguma profissão autônoma, porque não está escrito que escritores estão isentos desse imposto. Então, eu tenho a certeza de que o projeto vai ser muito útil para os escritores. E não é à toa que os próprios escritores nos requisitaram, a mim e ao Ver. Ruas, que apresentássemos este projeto à Câmara de Vereadores.

O Sr. Mauro Pinheiro: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Ver.^a Fernanda, quero parabenizá-la pela iniciativa, e tenho certeza de que o seu projeto é meritório e vai ajudar a desburocratizar. A burocracia, muitas vezes, de documentos que temos que fazer, quase não compensa a isenção que se tem. E o seu projeto vai facilitar a vida dos escritores para que eles possam fazer o que, realmente, sabem fazer, que é escrever. Parabéns, Vereadora.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Obrigada, Ver. Mauro Pinheiro. Quero, então, só relatar aqui o pedido que foi feito pelo amigo e grande escritor de literatura infanto-juvenil, Caio Riter, que fez uma formulação da Exposição de Motivos. Ele nos coloca assim: “Em nome dos escritores porto-alegrenses que têm se sentido lesados pela exigência da FID por alguns órgãos fomentadores da leitura, a Associação Gaúcha dos Escritores vem solicitar que a isenção do pagamento de tributos e da exigência da FID, como já se dá para atores, músicos, profissionais da arte, assim como os escritores, possa ser estendida a esses escritores também”.

Concluo com esse depoimento do escritor Caio Riter, solicitando o voto dos Vereadores e Vereadoras para que a Câmara homenageie, por um lado, os escritores da nossa Cidade, mas, acima de tudo, busque fomentar o incentivo à leitura em Porto Alegre. Obrigada pela atenção e pelo apoio de vários Vereadores.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLCL nº 013/12.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Ver.^a Fernanda Melchionna, eu acho que, em primeiro lugar, a sua iniciativa, o modo como terminou a sua explanação na tribuna, fazendo referência ao Caio Riter, dá a dimensão do Projeto que nós estamos votando. Eu vou me pautar aqui na defesa deste Projeto, intransigente defesa, em meu nome e em nome do Ver. João Derly, exatamente porque pertenço à Associação Gaúcha dos Escritores Independentes – AGEI e porque tenho um filho escritor, que já tem quatro livros lançados. Desde que se entendeu como tal, uma das coisas que sempre me colocou foi o significado que tem, para um escritor, em todas as etapas da vida, o reconhecimento da profissão de escritor.

Eu creio que este projeto, além de atacar a burocracia que existe, Ver.^a Fernanda, é uma forma de enfrentar, também, o monopólio de algumas grandes editoras. Ao lado, também, de nós reafirmamos a posição do escritor, que não é apenas um processo de tributos, de competência, de alteração, de incluir no rol de isentos do pagamento de ISSQN. Essa é a ementa do projeto, mas ele contém muito mais, em si, e eu acho que a Câmara Municipal de Porto Alegre, ao aprovar este Projeto, traz, também, para a Casa e para a sociedade, essa discussão, porque, ao lado de todas as formas de expressão artística, fomentadoras da cultura, da democracia e da soberania, o escritor também tem esse papel, sob a ótica da cultura, da democracia, da soberania de uma Nação.

Eu queria aqui destacar, por exemplo, obras como Capitães da Areia, de Jorge Amado, que foi a primeira obra que eu li, aos 12 anos de idade – depois de ter lido toda a obra de Monteiro Lobato –, o que foi decisivo para a minha formação. E, sob o ponto de vista da história, é só pegarmos o nosso Érico Veríssimo, com essa obra da história da nossa história que é o Tempo e o Vento. Então, eu creio que nós estamos hoje aqui não só com esse projeto alterando e isentando os escritores com residência comprovada no nosso Município ao pagamento de um imposto. Nós estamos aqui buscando reconhecimento de uma profissão e, através de um ato mais administrativo, financeiro, nós podemos fazer uma discussão muito mais aprofundada para além da burocracia.

Então, a nossa Bancada tem essa concepção. Por isso, Ver.^a Fernanda que eu não considero que o seu projeto seja um projeto inócuo. Ele é um projeto que vem para valer, porque num ato administrativo financeiro, nós ultrapassamos essa fronteira para discutir a regulamentação e o reconhecimento de uma profissão estratégica para a democracia e a soberania de um País. Então, viva os escritores, e eu acho que é um momento muito alto

desta Câmara o que nós estamos discutindo. Eu falo isso como aquela que se atreve a escrever e que é da Associação Gaúcha dos Escritores Independentes, que sabe o significado dos monopólios. E que tem um filho que é escritor, se coloca com a profissão de escritor, e sabe o significado da dificuldade de sobrevivência como escritor.

Então, nós estamos valorizando, inclusive, uma cadeia produtiva de cultura e geração de emprego e renda. Esses méritos todos estão contidos nesse projeto, e a Bancada do PCdoB o defende intransigentemente, e com a concepção de que nós estamos aqui dando um passo significativo na cultura, na democracia, na soberania, no gosto pela leitura, ainda mais nós, Ver.^a Fernanda, que temos essa Feira do Livro de Porto Alegre que é uma referência internacional. Parabéns, Vereadora, e conte com o voto do PCdoB. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Em votação o PLCL nº 013/12. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 013/12.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente Nedel, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores. Primeiramente, eu quero registrar aqui a nossa saudação à Ver.^a Fernanda, até mesmo pela insistência com que a Ver.^a Fernanda disputou, jamais dizendo que retiraria ou adiaria o seu Projeto neste momento. Mas o Projeto da Ver.^a Fernanda vem de longe, e ela sabe que foi uma construção em que todos nós participamos, a começar pelas Comissões e pelos Vereadores que aqui se manifestaram de todas as Bancadas, oposição e situação. Portanto, nós ratificamos: vamos votar favoravelmente.

Mas eu estou aqui na tribuna, Ver.^a Fernanda, para fazer um reparo merecido e necessário. Muitas das manifestações aqui feitas se referiram, Ver.^a Jussara, à burocracia. E, neste país, Ver. Cecchim, quando se fala na burocracia, basicamente se diminui o que ela expressa, mas cem por cento se expressa no serviço público, e há uma burocracia também excessiva nas questões privadas. E é esse caso, Ver.^a Fernanda. Não é a Fazenda que exige tamanho papelório. Ver. Cecchim, quem exige essa burocracia toda é a própria Feira do Livro.

Portanto, faz-me necessário vir aqui para dizer que as exigências vêm da Feira do Livro. Este é o registro que precisamos fazer, e, mais uma vez, quero cumprimentar esta Casa,

porque construímos uma proposta, que também será aprovada na tarde de hoje. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 013/12.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver. João Carlos Nedel, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; Ver. Sgarbossa e Ver. Mauro Pinheiro, pela Bancada do PT, eu quero dizer que essa é uma medida que não tem implicação de renúncia de impostos, porque... de fato, eu tirava uma dúvida e perguntava para o Mauro: mas qual é o ISSQN que vai pagar o escritor? Ele não paga, mas como não está explícito que ele não paga, há uma burocracia a cumprir, há uma complicação que não é justa que os escritores vivam. Aliás, eu quero, então, Ver.^a Fernanda, parabenizá-la pelo encaminhamento; isso vem da interlocução que a gente faz, e a sua interlocução, a interlocução da Frente Parlamentar do Livro e da Leitura, óbvio que gera consequências para esta Casa e para ir ajustando áreas, protagonistas, detalhes da burocracia que emperram a vida de quem investe no livro e na leitura. E a cadeia do livro é muito importante. Eu também fui aprendendo, nesse processo, que o livro é completamente isento de impostos, Ver. Aírto. Eu achei que houvesse algum imposto que ainda restasse, mas não, e mesmo assim a gente ainda não conseguiu que o livro fosse um produto acessível, barato para o povo brasileiro, para ampliar a leitura e a escrita.

Então, nós dependemos ainda muito do fomento, dependemos ainda muito do investimento público em livro, a partir das escolas, bibliotecas públicas, aquisição por Municípios, aquisição por Estado. Estamos celebrando que vem o Vale Cultura; eu tenho certeza de que o cidadão e a cidadã vão gastar comprando livro, e isso depende do fomento, da capacidade que o Poder Público tem de favorecer, de impulsionar a produção, a qualificação dessa produção literária, do formato, porque um bom livro, com uma qualidade de capa, de desenho, de valorização da ilustração, do material, tudo isso seduz a nossa juventude, ajuda que o trabalhador faça essa opção, quando puder fazer, mas, mais, eu tenho certeza de que há grandes segmentos de classe média que poderiam investir em livro e que investem em outras questões, mais em entretenimento

do que em cultura. Por isso acho que todas as medidas que podemos tomar, de incentivo à ampliação da produção, à qualificação da produção, à divulgação, e que a forma de influência que se tem sobre as escolhas para o tempo livre seja direcionadas para o livro, tudo isso é positivo para a nossa sociedade. É nesse sentido, inclusive, que nós postergamos, mais uma vez, a discussão do livro didático aqui, porque não se trata da discussão do livro didático aqui, porque não se trata da discussão de uma fatia do mercado só, trata-se do equilíbrio para que essa cadeia do livro funcione, para que os livreiros que estão abertos o ano inteiro possam continuar vivos, as livrarias de rua, de bairros, de *shoppings* também, porque o livro didático é a grande safra. Mas, principalmente, porque, quando o pai ou a mãe vão comprar o livro didático com a criança, com o adolescente, ele vai entrar em contato com os livros, vai enxergar os novos exemplares, os lançamentos, a vitrine, a forma como a livraria está divulgando, promovendo; isso tudo compõe um caldo de cultura, um ambiente cultural, um ambiente leitor. Acho que essa questão que ontem ouvíamos na CECE sobre a escola utópica, da sociedade utópica, da cidade utópica, a nossa utopia tem que ser de que tenhamos cada vez mais cultura, portanto precisamos produzir ambientes de leitores. Se uma cidade exacerba a lógica do consumo do entretenimento, seja em outdoor, seja em propagandas na sua cidade, seja nas políticas – se a Copa tem mais valor do que o livro, por exemplo – , nós saberemos a consequência disso, Ver. Pedro Ruas.

Encerro dizendo que a nossa Bancada sempre vai votar a favor de todas as leis que equilibram essa cadeia do livro para que ela priorize não os negócios, mas o permanente incentivo à leitura, à produção de livros, à compra e circulação do livro literário, porque é dela que depende muito a qualidade de vida. Então, muito mais cultura do que entretenimento é sempre a nossa posição. Então, votamos favoráveis à proposição da Ver.^a Fernanda.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do PLCL nº 013/12.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu acho que o Ver. Ferronato, na sua manifestação, autorizado pela condição de Líder de

Governo, resolve a situação de forma muito inteligente, porque, ao fim e ao cabo, me parece que o Ver. Ferronato pretendeu dizer, e disse, que nós estamos instrumentalizando uma categoria com documentos pelos quais ele faça frente à burocracia e à confusão a respeito da aplicação das leis no Município de Porto Alegre.

Eu quero fazer uma homenagem aos meus companheiros da Comissão de Constituição e Justiça, pois, frequentemente, somos acusados de tentar barrar as proposições encaminhadas pelos Vereadores nos aferrando a alguns dispositivos de lei. Não me parece verdadeira essa acusação. De qualquer forma, quero lembrar que o Ver. Luiz Braz, à época, no seu parecer aqui, foi muito feliz em estabelecer a regimentabilidade e a legalidade dessa proposição. Surgiram colocações, especialmente pela competência do Ver. Guilherme Socias Villela, que responsabilmente promoveu uma diligência junto ao Executivo Municipal buscando esclarecimento, isso nos dá, inclusive, Ver. Ferronato, a saída necessária para esse projeto. Fala-se que o projeto é inócuo e, como tal, aquelas colocações do parecer prévio, de que ele deveria estabelecer prazo de vigência e etc., são derogadas. Se o Município confessa, em última instância, que já pratica isso e que, evidentemente, entende que é desnecessário que exista a lei, fica, para nós, aquilo que o senhor colocou com muita clareza: nós temos que superar a burocracia e a confusão. Se é preciso declarar expressamente aquilo que o Executivo reconhece como verdadeiro, se faz. E eu tenho uma possibilidade muito especial de demonstrar que eu não sou intransigente nas minhas posições e que não é a assinatura da proposição que vai me levar a tomar uma posição. Vem do PSOL a proposição, é boa, está até de acordo com as minhas posições pessoais. Eu sou a favor do estímulo à leitura. Como a Vereadora-Líder do PCdoB falou que tem filhos escritores, eu não tenho quatro filhos, mas tenho um que também envereda por essa área, sem fazer dela o seu sustento pessoal, o que faz a profissão, como publicitário. Mas, de qualquer sorte, eu acho que tem que ser estimulado o escritor local, o pequeno, o médio, e aquele pequeno ou médio que um dia vai se transformar em grande. Por isso, Ver.^a Fernanda Melchionna, Ver. Pedro Ruas, eu venho à tribuna com muita serenidade, com muita tranquilidade, fundado, inclusive, no que diz a resposta ao pedido de diligência feito pelo Ver. Guilherme Socias Villela, tomar uma posição, que diz o seguinte: “desse modo, em resposta ao questionamento, não vislumbrando a viabilidade do projeto, pelo simples fato de que não produzirá efeitos em concreto”. Eu acho que produz efeitos em concreto, na medida em que clareia uma

situação que alguns – e não é a Secretaria Municipal da Fazenda, não é o Governo do Município – buscam obstar que a vontade já expressa na lei seja cumprida. Agora, ela escancara com toda a clareza e vai produzir efeito, sim, senhor. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mario Fraga, o PLCL nº 013/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM**; 1 **ABSTENÇÃO**.

O SR. MARIO FRAGA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 027/13 e do Requerimento nº 129/13 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje. Ambos são de autoria do Ver. Delegado Cleiton, que hoje está de atestado de saúde.

O SR. REGINALDO PUJOL: Vereador, eu tenho informação segura que o PLL nº 027/13, o Vereador signatário, Delegado Cleiton, pediu a sua retirada de tramitação, atendendo solicitação das lideranças da Restinga, no que foi muito aplaudido pela sua posição altamente democrática. Isso permite esclarecer melhor essa situação. A Diretoria Legislativa confirma.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Ver. Mario Fraga, vamos alterar um pouquinho o seu Requerimento. Eu tenho o Requerimento do próprio Ver. Delegado Cleiton, que solicita a retirada de tramitação do PLL nº 027/13.

Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton, que solicita a retirada de tramitação do PLL nº 027/13.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Delegado Cleiton. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mario Fraga, que solicita a retirada do Requerimento nº 129/13 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, muitos de nós, a maior parte, eu diria, somos, de fato, amantes e comprometidos com a democracia. Nós tivemos o triste episódio da invasão do Legislativo neste ano que redundou, inclusive, numa CPI que está em curso nesta Casa. Naquele episódio, este Vereador propôs uma representação por fatos que ali estão narrados. Esta representação foi recebida há mais de seis meses e, até hoje, eu não tenho notícias dos seguintes passos desta representação. Ninguém deseja – e certamente eu menos ainda – nenhum tribunal inquisitorial, muito antes pelo contrário; o que este Vereador quer é o devido processo legal e a ampla defesa. Mas o que eu quero, Sr. Presidente, é que seja respeitado o Regimento desta Casa, porque, se nós não respeitarmos o Regimento desta Casa, não há mais nada. Se o Regimento não vale, nada vale. O Regimento é que regra a vida nossa, dos Parlamentares, as nossas obrigações e as obrigações, inclusive dos servidores deste Legislativo. Eu quero requerer a V. Exa. uma informação formal de como está este processo e se, porventura, quem devia ter, por obrigação, levado adiante o processo não o fez, quero fazer uma advertência: está incorrendo num crime de prevaricação. A prevaricação é um crime específico de funcionário público, que deixa de praticar ato de ofício por interesse ou por sentimento. De novo, eu repito: eu não desejo um tribunal inquisitorial, somente desejo que o processo tenha o seu curso para que se diga se a pessoa é, sim, responsável ou não ou que se ofereça a essa pessoa a possibilidade da retratação. É só isso. Então, Sr. Presidente, quero deixar consignado aqui, que, antes do final deste ano legislativo, eu desejo da presidência da Casa, desejo da Mesa e desejo dos colegas Pares uma resposta com relação a este requerimento, que é um direito do Vereador consagrado no Regimento desta Casa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Vereador, o Diretor Legislativo informa – consultado o Diretor-Geral – que tivemos dificuldades de indicação de funcionários para realizar a sindicância devida, e, por isso, foi enviado à Procuradoria para que indique funcionários para a sindicância. Se V. Exa. desejar isso por escrito, eu defiro.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Eu desejo por escrito. Eu só quero saber se as coisas não têm prazo, se elas ficam em aberto *ad aeternum*. Se há uma coisa que se reclama no Brasil é exatamente a diligência e a devida prestação dos serviços que estão consignados em lei. Se o regramento diz que há uma norma e, se hipoteticamente essa norma foi quebrada ou não, eu não estou afirmando, é o que eu estou pedindo para a sindicância verificar, isso não pode ficar dormitando num escaninho da burocracia, Sr. Presidente! A sociedade está cansada de burocracia. Essas coisas precisam andar. E é inaceitável que nesta Casa... Quantos servidores possui a Câmara de Vereadores? Quantos servidores, eu quero saber, tem a Câmara de Vereadores?

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Mais de 400.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: E não tem um servidor, na Câmara, que presida uma sindicância? Isso é inaceitável. Então, com todo respeito aos servidores da Câmara, têm que colocar os seus cargos – por mais antipático que seja isso que eu vou dizer – à disposição! Se, em mais de 400 servidores, nós não temos um, aqui, que seja capaz de presidir uma sindicância, que é um direito do parlamentar, aliás, não só do parlamentar, é um direito do cidadão. Do cidadão! É um direito da cidadania. Eu, de novo, vou repetir, porque a Ver.^a Sofia já está dizendo, aqui “o que é isso?” Não é. Eu não quero a inquisição. Eu quero o devido processo legal, com direito à ampla defesa, com todos os direitos que são garantidos pela Constituição; mas é meu direito, como é direito de qualquer cidadão reivindicar o que estou reivindicando. Porque isso, sim, é democracia. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado. Feito o registro. Será encaminhada a sua solicitação.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, em solidariedade aos funcionários desta Câmara Municipal que estão trabalhando em três CPIs e, ao mesmo tempo, fazem com que as Comissões funcionem. Por um lado, quero deixar este registro porque acho

que o Ver. Valter Nagelstein foi extremamente desrespeitoso e quero saber qual o teor da representação do Vereador. Pergunto isso a V. Exa., porque eu não tenho conhecimento.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Quero registrar que é dessas coisas que nós estamos cansados: oportunismo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Eu lamento que nós, em Ordem do Dia, tenhamos este tipo de debate.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Serei muito objetiva, Ver. Nedel. Também não entendi contra o que esbravejava o Ver. Valter Nagelstein. Eu só acho que ele está sendo deselegante...

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Ele solicitava respeitosamente a esta presidência...

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, o Ver. Valter agora está usando palavras impróprias contra esta Vereadora e já usou em relação à Ver.^a Fernanda Melchionna. Ver. Valter, por favor, nos respeite e respeite os funcionários desta Casa.

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Está encerrado o assunto.

Em discussão o PLL nº 157/11. (Pausa.) O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para discutir o PLL nº 157/11.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quem sabe os colegas Vereadores se acalmem e tenham condições de resolver essas questões internas. Reconheço que, fazendo esses pronunciamentos, levam para fora aquilo que nós lamentamos profundamente.

(Aparte antirregimental do Ver. Valter Nagelstein.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Ver. Valter Nagelstein, V. Exa. também me respeite. Acredito que V. Exa. tem razão, só que há momentos para se falar e momentos para se ouvir. Não estou lhe tirando a razão. Só que é possível entender isso fora do microfone, e, em última instância, usar o microfone. V. Exa. sabe o quanto eu fui contra a invasão que houve nesta Casa; muito contra. Esta Casa sofreu muito com isso. Mas o assunto aqui é outro, estamos em Ordem do Dia.

Estou trazendo o pedido de reconhecimento a esta Casa para declarar de utilidade pública o Grupo Escoteiro Lidia Moschetti, que é formado por deficientes físicos. Gostaria que os colegas entendessem a importância desse assunto aqui. A ideia da fundação de um grupo de escoteiros portadores de deficiência visual partiu... – e aqui não estou legislando em causa própria porque este projeto é de 2011, e só perdi o meu olho em 2013, então não estou legislando em causa própria, se me permitem, senhoras e senhores. Esse grupo entrou em funcionamento experimental desde 22 de maio de 1984. É um grupo de escoteiros que faz um trabalho maravilhoso, está localizado na Vila Nova, mais precisamente, para situar os colegas que ainda não sabem, exatamente na frente em que temos o Centro de Eventos que leva o nome do Ervino Besson, do nosso colega Ervino Besson, esse grupo está nos fundos da sede da Brigada Militar. Aliás, aquela área, diga-se de passagem, vai ser doada pelos donos daquele terreno para a Brigada Militar e também para o grupo de escoteiros. Aquela área já foi cedida há muitos anos e, no ano que vem, vão oficializar porque já aprovaram um projeto e está sendo construído um grande conjunto residencial. Esse é um dos tantos grupos de escoteiros que faz um trabalho maravilhoso no mundo inteiro, especialmente esse aqui, em Porto Alegre, já está há tantos anos, e nós, sensibilizados com essa condição desse grupo de escoteiros, estamos pedindo esse reconhecimento público porque com isso os senhores sabem que, por questões legais, dá um certo destaque ao grupo de escoteiros para buscar recursos dentro dos órgãos que são permitidos pela legislação hoje. Então, é tão só, Ver. Reginaldo Pujol, um pedido de reconhecimento, nós temos outros grupos de escoteiros que já têm esse reconhecimento, mas esse grupo de escoteiros é um grupo especial que trata com pessoas com deficiência física, estão sempre alertas. Não estou legislando em

causa própria porque a proposição é de 2011, meus prezados colegas Vereadores e Vereadoras.

Vejo que os ânimos se acalmaram e quero agradecer a todos o apoio na votação do nosso projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Em votação o PLL nº 157/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

Em discussão o PLL nº 216/13. (Pausa.) O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 216/13.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, coincide que este Projeto da Ver.^a Sofia Cavedon mereceu a nossa análise da Comissão de Constituição e Justiça, quando até extrapolamos da nossa competência, que era examinar pura e simplesmente a legalidade, a juridicidade, a constitucionalidade do Projeto, e adentramos também o mérito, na medida em que se trata de um Projeto que, evidentemente, merece essa atenção da nossa parte. Nós observamos algumas situações específicas. Como o Parecer que nós tínhamos da Comissão de Constituição e Justiça não se encontra juntado aos autos, em função de que houve uma decisão no sentido de haver um Parecer Conjunto ... (Pausa.)

Quero pedir desculpas porque me deram o Parecer errado. Realmente, eu vou continuar comentando o Projeto de Lei que trata da Feira do Livro da Zona Sul, promoção de um grupo de lideranças da Zona Sul de Porto Alegre, que por mais de uma oportunidade realizou esse evento. Este Projeto de Lei consagra algo que a comunidade já vem fazendo, e eu entendo que nós não podemos ficar declarando integrantes ao Calendário Turístico de Porto Alegre, o Calendário de Eventos da Cidade, algo que a comunidade não tenha promovido. Porque essas feiras nascem da vontade popular, não decorrem da vontade do legislador, pura e simplesmente. O legislador pode e deve consolidar na lei aquilo que, na prática, a sociedade, através dos seus integrantes, já tenha determinado. Esse é o caso concreto, Sr. Presidente, em que pese nós não termos aqui o projeto na

nossa mão, tenho absoluta certeza de que eu fui o Relator dessa matéria na Comissão de Constituição e Justiça e que ofereci Parecer Favorável pelas razões que já coloquei. Visto que na ocasião fui além, fui ao mérito, porque estive presente neste evento no início deste ano. Na oportunidade em que ele se realizou, em maio ou abril de 2010, algo nesse sentido – a Ver.^a Sofia Cavedon estava lá presente –, foi anunciado que se buscava esta oficialização, foi anunciado que faremos em conjunto esse trabalho. V. Exa. entendeu que eu faria sozinho, nem por isso tira a validade da proposição. Eu estou aqui, dizendo com conhecimento próprio, que a ação comunitária lá na Zona Sul de Porto Alegre, em torno da Feira do Livro da Zona Sul, é algo meritório, algo que vai, efetivamente, se integrar com justiça no Calendário de Eventos da Cidade de Porto Alegre. Por isso, estou aqui na tribuna dizendo, sem nenhum subterfúgio, da minha alegria em saber desse reconhecimento que a Casa, com certeza, irá conceder por unanimidade, proposta firmada pela Ver.^a Sofia Cavedon.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 216/13, como autora.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigado, Ver. Reginaldo Pujol, que já tem uma tarimba de tribuna, subiu o projeto, ele está na lista, mas está tudo bem. Ele já passou na Comissão de Educação, na CEFOR, na CCJ, nas várias Comissões. O Ver. Pujol é testemunha disso. É um reconhecimento, senhores, do esforço. Vejam, é a mesma temática do livro, dos livreiros, do incentivo ao livro e à leitura. Então, a Feira do Livro da Tristeza é a única feira de praça além da nossa famosa Feira do Livro. Já aconteceram duas edições. É um esforço muito bonito do GET, Grupo Empresarial da Tristeza, que, para fomentar a descentralização do comércio, faz um grande esforço junto com a vizinhança, junto com a Igreja, com a Associação de Escultores, inclusive eles estão revitalizando o Centro Cultural Zona Sul, junto com a Associação dos Artesões e Artesãs da Zona Sul, junto com a Rádio Ipanema. É um exemplo maravilhoso para a cidade de Porto Alegre de confluências de esforços para que a Cidade não seja toda centralizada e todo fluxo direcionado para o centro, para serviços, para lojas, etc. Na Praça da Tristeza, tem uma agência Banrisul, tem um Tudo Fácil, conquistado por esse conglomerado de instituições.

Ali, tem organização para o Natal, tem muitas atividades, sábado sempre tem feira ecológica e de artesanato, e a feira do livro é um grande evento, no início do ano, dedicado ao livro e à leitura. Isso tem feito com que o bairro tenha se revitalizado. O comércio de rua continua vivo, continua aberto, trazendo movimento e vitalidade neste corredor do Centro para a Zona Sul da Cidade. Na Zona Sul, na semana que passou, houve a romaria da Igreja São Vicente Mártir. Ali tem grandes lideranças que atuam no tema do Plano Diretor da Cidade. Ver. Nedel, sim, nós falamos da feira do artesanato, que foi colocada no Calendário da Cidade por V. Exa. Esta função de bairro vivo, esta descentralização da Cidade com geração de emprego, com geração de movimento de rua, de criação de laços com as escolas, que é o que a gente vê na Tristeza. É o que nós desejamos para todos os bairros da cidade de Porto Alegre, porque nós vamos diminuir o conflito de mobilidade urbana se isso acontecer. Nós vamos diminuir a violência urbana se isso acontecer. Nós vamos fomentar cultura, que falávamos antes, para disputar com entretenimento se isso acontecer. Aquela juventude, aquelas escolas que participam da feira têm valorizadas as suas ações, iniciativas literárias de escolas, elas vão para o palco. Quer dizer, um grande esforço dos empresários foi colocar um palco na praça, e esse palco na praça coloca as escolas, a juventude no palco para o conjunto da vizinhança. Nós sabemos que o pertencimento que o jovem conquista numa oportunidade dessas é impagável na formação das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Certamente, o uso de drogas fica banido num espaço desses, vitalizado como esse. Certamente a malandragem e a violência ficam banidas, porque a ocupação cidadã é a grande fórmula para a qualidade de vida.

Então, essa inclusão no Calendário é uma homenagem à autonomia, à mobilização de quem não fica esperando pelos governos, quem faz acontecer no seu bairro, e aí demanda o governo, e aí demandam os órgãos públicos. E aí vale a pena investir, porque o que for investido lá ganha vida, ganha cuidado, ganha permanência e é potencializado. Então, parabéns ao bairro Tristeza, à Zona Sul da cidade de Porto Alegre, por sua Feira do Livro na Praça, 2ª edição, agora Calendário da Cidade.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL nº 216/13.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Ver.^a Lourdes, Ver. Idenir Cecchim, primeiro referi que a Tristeza é a região de atuação da nossa Ver. Lourdes Sprenger, mas também referi que participei, desde o primeiro momento, da instalação da primeira feira do livro lá, Ver.^a Lourdes. Quero dizer que nós tínhamos uma ação na Praça Comendador Souza Gomes. Ali, para quem não sabe e está nos acompanhando pela TVCâmara, na saída da Otto Niemeyer, na rótula, na Wenceslau Escobar, onde a Otto Niemeyer desemboca, Ver. Paulinho e Ver. Reginaldo Pujol, frente à escola, tem, do outro lado da rua, um Zaffari, e uma feirinha, aos sábados – uma feira orgânica, do outro lado, ali no triângulo –, e instituímos, por iniciativa do Ver. João Carlos Nedel, a Feira de Artesanato da Tristeza. Eu era Secretário da Indústria e Comércio, e o Ver. Nedel propôs, neste Parlamento; o assunto tramitou, foi aprovado, e aí foi para a Secretaria. Eu era, coincidentemente, o Secretário, Ver. Janta.

A Sra. Lourdes Sprenger: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Realmente, depois que a feirinha foi para lá, aquela praça ficou valorizada, bem como a Feira do Livro, que é muito bem frequentada. Eu moro há 36 anos naquela região, e nós temos prestigiado todos aqueles empresários da Zona Sul que estão ali. E é um belo trabalho iniciado lá, com o apoio da SMIC, do Ver. Nedel, e nós vamos continuar. E esse dia no Calendário é bem-vindo, e cumprimento a Vereadora.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Quero dizer que foi uma ação transversal da Prefeitura Municipal. Muito obrigado, Ver.^a Lourdes.

A praça estava um pouco descuidada, como de resto, e para que começássemos a feira, a SMAM foi lá, fez a arrumação da praça; o DMLU nos ajudou, inclusive, para a Feira do Livro, fazendo uma reforma no banheiro. Nós colocamos a praça em perfeitas condições e a Feira começou.

Agora, eu recebi, coincidentemente, hoje pela manhã, as nossas amigas Vera Monteiro, Glória Athanásio e Margaret Manzoli, que o Ver. Nedel conhece, e eu as recebi no gabinete, e digo por quê. Elas solicitaram, na SMIC, há um ano, para agregarem à Feira, três novas famílias, como chamamos. Elas querem colocar – é uma Feira de artesanato, tem pintura, vários tipos de artesanato – sebo de livros usados, venda de discos de vinil

usados e uma parte de lanches, alimentação – isso é óbvio, as pessoas caminham na Feira e é bom ter alimentação, assim como tem no Brique da Redenção e em várias outras. Ontem, eu visitei a Feira Modelo, onde tem vinho, pastéis, caldo de cana, suco de laranja; na Redenção tinha até acarajé. E, estranhamente, solicitaram para a SMIC, Sr. Presidente, há mais de um ano, e ficou lá com um colega servidor, que, simplesmente, não despacha, não decide. E não há prejuízo nenhum à Cidade! Muito antes pelo contrário, nós vamos qualificar a Feira. Se colocarmos lá a venda de discos de vinil, a venda de livros usados e de alimentos, estaremos qualificando a Feira.

Quero cumprimentar a Ver.^a Sofia, e dizer que tenho certeza que os votos da Ver.^a Lourdes Sprenger e do nosso Líder, Ver. Idenir Cecchim, têm o nosso compromisso com a leitura, mas, também, compromisso com o desenvolvimento econômico e com a qualificação dos bairros da Cidade. Aquela Feira é importante para o bairro Tristeza, é importante para a Zona Sul. Que bom se todos os bairros pudessem se organizar assim, através das suas associações de moradores, e fizessem essas feiras que geram renda. Como disse a Ver.^a Sofia, essas feiras fazem uma ocupação cidadã das praças, afastando outros tipos de ocupação desses locais.

Eu faço, desde já, aqui da tribuna, Ver. Elizandro Sabino, um apelo ao Ver. Humberto Goulart e ao próprio PTB, para que a SMIC libere, porque não há – volto a dizer – prejuízo algum, muito antes pelo contrário. Nós temos que liberar a venda de livros em sebos, a venda de discos de vinil e a alimentação. Qualquer problema com relação à regularização da alimentação é com a Vigilância Sanitária, e não com a SMIC. Se tiver problema, como não ter o curso de boas práticas e o alvará da Vigilância, então interdita e retira, mas não a SMIC criar esse tipo de empecilho para não ter. Isso geraria, inclusive, mais renda para algumas famílias.

Por último, Sr. Presidente, eu estou aqui, nesta Casa, há mais de cinco anos, Ver. Ferronato, e os funcionários, os servidores desta Casa me conhecem. Eu prezo a educação que trouxe de casa: dou bom-dia, dou boa-tarde, cumprimento, tenho a gentileza por norma de conduta e de caráter. Isso é uma questão, e V. Exas. me conhecem, Ver. Villela e Ver.^a Mônica; agora, eu não posso acreditar que, entre 400 servidores, não seja possível encontrar um que presida uma sindicância – não uma sindicância que diga que é culpada, mas uma que averigüe os fatos apontados e, dentro do devido processo legal, dê uma resposta, conforme a lei determina. Então não

transformem, por favor, Ver.^a Sofia e Ver.^a Fernanda, uma tentativa que eu quero repudiar e não posso aceitar, não transformem as minhas palavras. Não queiram fazer de mim algo diferente – as pessoas que convivem comigo sabem da forma como sou e da forma como eu ajo. Agora, eu quero, exijo e demando correção e ética. Ética é o norte da minha vida pública.

O Sr. Elizandro Sabino: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.). Prezado Ver. Valter Nagelstein, depois da sua manifestação, que envolve a pasta SMIC, naturalmente estaremos fazendo o encaminhamento ao nobre Secretário para que possamos dar, de imediato, retorno à Vossa Excelência. Apenas para fazer essa manifestação, e, após o seu pronunciamento, estaremos colhendo os dados, inclusive do servidor que V. Exa. informa, para que possamos dar os encaminhamentos efetivos. Muito obrigado.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Eu quero fazer um registro: liguei para o Ver. Humberto Goulart hoje pela manhã, que, como sempre, foi absolutamente gentil e prestativo, marcando, de imediato, uma audiência para a próxima terça-feira pela manhã. Então, eu quero convidar V. Exa., Ver. João Carlos Nedel, e todos os Vereadores que queiram acompanhar a organização da feira para que nós possamos, juntos, ir à SMIC e pedir isso que eu reitero; não há nada de mais, muito antes pelo contrário, nós vamos estar fazendo um benefício para a feira, para a Cidade e para a geração de renda daqueles artesãos que estão lá trabalhando. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Vereador.

Em votação o PLL nº 216/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

(17h42min) Encerrada a Ordem do Dia.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. AIRTO FERRONATO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Nós estamos aqui, neste momento, para ler uma correspondência que é a resposta à manifestação do Ver. Pedro Ruas na 118ª Sessão Ordinária, ocorrida no dia 2-12-2013, e quem assina é o Vanderlei Luiz Cappellari, Secretário Municipal do Transporte e Presidente da EPTC. O conteúdo da correspondência é o seguinte (Lê): “Senhores Vereadores. Na manifestação do dia 02-12-2013 o Ver. Pedro Ruas relata como ‘prática arbitrária’ situação ocorrida no dia 25 de outubro, na qual três taxistas, durante uma operação de fiscalização da EPTC, foram abordados transportando passageiros com o taxímetro desligado. Alega o vereador que, naquele momento, caberia a multa e o taxímetro deveria ser ligado, dando prosseguimento à corrida, mas que por ordem do gerente de fiscalização os agentes receberam a determinação de trazerem os veículos para o pátio. O discurso do Vereador defende taxistas que, conforme amplamente divulgado na mídia, estavam enganando turistas que estavam na Capital para participar do Campeonato Mundial de Atletismo Master, evento considerado preparatório para a Copa do Mundo do ano que vem. Senhores, gostaria de esclarecer vários pontos omitidos pelo Vereador Pedro Ruas. Trata-se de três casos de situação de taxistas flagrados transportando passageiros de outras nacionalidades (japoneses e americanos) que não falam a nossa língua, e, portanto, possuem dificuldades de comunicação, que não conhecem o procedimento do serviço. Durante o evento a EPTC recebeu diversas reclamações e denúncias de absurdos que estavam ocorrendo, envolvendo o transporte de turistas. Assim, por determinação da empresa, foram montadas operações de fiscalização próximas aos locais das provas, visando garantir a prestação do serviço de forma adequada, visando coibir prática abusiva e ou ilícita. Cabe frisar que não eram apenas ‘taxímetros desligados’, mas uma prática recorrente no evento, para enganar, ludibriar e tirar vantagens indevidas dos turistas, cobrando preços absurdos, contrariando, assim, os princípios da administração pública. Como sabemos, o transporte individual de passageiros é uma permissão concedida pelo poder público para o particular realizar este serviço, com tarifa predeterminada e medida pelo taxímetro, o que não foi observado no presente caso. As medidas tomadas foram necessárias e que se impunham para aquele momento, no intuito de estancar uma conduta contrária ao serviço prestado e que maculava a cidade de Porto Alegre, o serviço de transporte por táxi e a própria categoria que exerce esta

atividade com muito profissionalismo. Assim, a orientação da empresa foi de que os veículos fossem retidos e somente liberados para os permissionários para que estes tivessem ciência do que estava ocorrendo. Ou seja, não foi determinação do Gerente Gomercindo e, sim, da empresa, frente às inúmeras denúncias, a gravidade da situação e o interesse público a ser protegido, assim agindo no rigor da lei. Inclusive nas lotações citadas pelo Vereador, foram tomadas medidas previstas na lei. O Vereador defende o que nem o SINTAXI – Sindicato da categoria defendeu. Inclusive vários jornalistas se pronunciaram sobre a situação, a exemplo da jornalista Rosane de Oliveira (Jornal Zero Hora, 28-10-2013), que escreveu em sua coluna: ‘De todas as nossas falhas, a mais vergonhosa é a que envolve taxistas picaretas, dispostos a levar vantagem enganando turistas...’ A presente situação teve repercussão nacional em sites como terra, globo.com e outros, sendo divulgado o ocorrido, maculando o serviço prestado na cidade de Porto Alegre, bem como a categoria dos taxistas, que por certo não compactua com esse tipo de prática. Cabe salientar que qualquer conduta ilícita que tenha reflexos na execução do serviço público pode e deve ser coibida e penalizada. Por isso, dada à gravidade da conduta, está sendo avaliado o enquadramento dos envolvidos na infração prevista no inciso VIII, do art. 117, do Decreto nº 14.499/2004, que assim dispõe: ‘Art. 117 São consideradas infrações absolutamente incompatíveis com a prestação do serviço de táxi, gerando, por si só, a revogação da permissão e o descadastramento do condutor: (...)

VIII – Praticar qualquer ato não condizente com os princípios que regem a administração pública ou a prestação dos serviços públicos. (Inciso acrescido pelo art. 14, do Decreto nº 14.803/2004.’ Também estão sendo encaminhadas cópias dos expedientes administrativos ao Ministério Público para averiguação de eventual ocorrência de ilícito penal. Portanto, senhores Vereadores, me parece que estamos falando, sim, de conduta ilegal, porém de conduta ilegal por parte destes taxistas, que são ‘maus’ prestadores do serviço público. Logo, em nosso entender, o prejuízo e a humilhação foram dos atletas e dos turistas que estavam participando do evento, e não dos referidos taxistas que o Vereador tanto defende. Assim, a EPTC como empresa responsável pela fiscalização dos serviços de transporte, seja de táxi, seja de lotação, repudia tais condutas e para manter os princípios da Administração Pública agir com rigor. Atenciosamente, Secretário Vanderlei Luis Cappellari”. Era isso, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Passamos à

PAUTA

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, nós usamos este período de Pauta para, primeiro, comunicar um requerimento que protocolamos hoje solicitando que o Presidente da CPI da Procempa, Ver. Mauro Pinheiro, encaminhe, através de Vara, os depoentes que têm se negado a vir depor. É de extrema importância para a população, para os cofres públicos que essa CPI seja transparente. Não pode acontecer que servidores públicos, que até há pouco recebiam do povo de Porto Alegre, neguem-se a dar esclarecimentos, e que empresas que se beneficiaram com o dinheiro público neguem-se a vir perante os membros desta CPI, indicados por seus Partidos, esclarecerem denúncias dos desvios de verbas públicas na Procempa. Por isso, encaminhamos este pedido.

O Sr. Mauro Pinheiro: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cláudio Janta, muito bem lembrado por Vossa Excelência. Eu já encaminhei, como Presidente da CPI, ao Procurador da Casa, pedindo a forma como executar. Vamos conduzir, sim, aquelas pessoas, vamos pedir auxílio ao Judiciário, à Brigada Militar e à Polícia Civil. Pedimos orientação à Procuradoria para que essas pessoas venham depor sob Vara. Não é admissível que pessoas roubem o dinheiro público e neguem-se a vir prestar esclarecimentos a esta Casa. No mínimo, vão ter que vir aqui e se calar, conforme prevê a Constituição, mas nós vamos cobrar que eles venham a esta Casa dar explicações, sim. Iremos ao extremo para que isso aconteça. Pode ter certeza que não ficará assim, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Ver. Cláudio Janta, solicito que fique nos termos da Pauta, por gentileza.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Eu acho que esse tema é um tema da Pauta, Sr. Presidente. Eu acho que é um tema de extrema importância para esta Casa. Não adianta discutirmos os projetos da Casa se ouvimos, depois, aqui na tribuna, a alegação de que não vai ter dinheiro para a execução de vários desses projetos, como foi o do Ver. Brum que nós aprovamos hoje, que permite que os portadores de deficiência tenham acesso à locomoção. Se nós não temos dinheiro para cumprir vários desses projetos que temos em Pauta hoje, provavelmente nós não vamos ter dinheiro para encaminhar esses projetos, porque as nossas empresas públicas estão sendo sucateadas, as nossas empresas públicas estão tendo os seus cofres roubados, e isso fica mais claro a cada dia que passa da CPI da Procempa.

Mas nós temos um projeto na Pauta de hoje, que não precisa de recursos públicos, que é de autoria do próprio Presidente da CPI, o Ver. Mauro Pinheiro, sobre os trotes nas universidades educacionais no Município de Porto Alegre, que proíbe esses tipos de trotes que vemos em alguns lugares, nos quais, muitas vezes, os jovens têm as suas vidas ceifadas pela atrocidade, resultando ainda jovens em coma alcoólica; viu-se há pouco tempo, em São Paulo, que dois jovens perderam as suas vidas nesses eventos. Então, esse projeto do Ver. Mauro Pinheiro é de extrema necessidade para a população de Porto Alegre, para a juventude de Porto Alegre, para os filhos dos trabalhadores de Porto Alegre, e nós, com certeza, vamos encaminhar para a aprovação esse projeto. Eu queria usar o Tempo de Liderança do Solidarietà, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): O Ver. Cláudio Janta prossegue a sua manifestação, a partir deste momento, em Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Voltando à solicitação que fizemos, de que esses depoentes – o Presidente já nos informa que encaminhou isso na Procuradoria da Casa – sejam conduzidos até esta Casa, e diante tudo o que estamos vendo na questão da Procempa. Nós também encaminhamos e protocolamos um projeto de lei nesta Casa, que esperamos que todos os Pares aprovem, para que as entidades de administração direta ou indireta do Município de Porto Alegre que ajudam e prestam serviços relevantes à população – como no transporte, a empresa Carris; no processamento de dados, a Procempa; na gestão e controle de transporte, a EPTC; no tratamento de águas e esgotos

híbridos, o DMAE, o DEP e outros respectivos órgãos; na gestão de resíduos sólidos, o DMLU; e também todas as empresas que venham a ser criadas no Município de Porto Alegre –, tenham todos os seus cargos de direção, presidência, ordenadores de despesas homologados por esta Casa, como é feito no Congresso Nacional, onde são indicados os presidentes de autarquias, os diretores de autarquias e membros de seus conselhos, que passam por uma sabatina no Congresso Nacional, Ver.^a Fernanda Melchionna. Nós queremos isso também em Porto Alegre, que os administradores dessas empresas públicas, membros de conselho dessas empresas públicas sejam referendados pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que representa a população de Porto Alegre através de seus 36 membros.

Voltamos a afirmar que hoje, logo após encerrar-se esta Sessão, nós vamos apreciar o Relatório da CPI da Telefonia, em que foi pedido um destaque pela Ver.^a Fernanda Melchionna, e mais um prazo até o dia de hoje, pelo Ver. Reginaldo Pujol e todos os membros da CPI. Então, logo mais, ao encerrar a Sessão, nos reuniremos para votar o Relatório final da CPI da Telefonia, que trará alguns avanços à população de Porto Alegre, com certeza, na questão do atendimento, na questão do acesso a esse bem de consumo, que, a cada dia, nos é negado. A cada dia menos nós conseguimos usar o telefone para o seu fim, que é para nos comunicarmos; nós o usamos como lanterna, como rádio, mas não se consegue falar com esses telefones, pois em várias zonas de Porto Alegre não há sinal; há dificuldade de colocar as antenas.

Nós indicamos que permaneça a Legislação de Porto Alegre já vigente, mas que também ela seja adequada, possibilitando que o povo de zonas mais distantes do Centro de Porto Alegre, como do Extremo-Sul e do Extremo-Norte, tenham acesso à telefonia, e, principalmente, que tenham acesso ao atendimento, Ver. Reginaldo Pujol. É importantíssimo que o consumidor saia vitorioso desta CPI, que não vai indiciar ninguém, não vai encaminhar nenhuma denúncia ao Ministério Público, mas vai encaminhar um melhor serviço à população de Porto Alegre. Então, é imprescindível que o atendimento, que a qualidade das ligações e dos serviços comecem a melhorar. E temos certeza que a CPI está cumprindo esse papel quando também encaminha para que o Congresso Nacional aprove um novo marco regulatório do setor, assim como também o Congresso Nacional instale uma CPI para discutir a telefonia no Brasil inteiro. Com força e fé,

seguiremos lutando pelos trabalhadores, pela família dos trabalhadores, para melhorar a sua vida, o seu dia a dia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, com satisfação, assinalo que, na data de hoje dia 4 de dezembro, a nossa Pauta consagra, na discussão preliminar, nada mais nada menos do que seis projetos em 1ª Sessão e três projetos em 2ª Sessão, demonstrando que a intenção dos integrantes da Casa, nesta Legislatura, é permanente no sentido de oferecer contribuições que, a juízo dos proponentes, possam representar benefícios para a comunidade nas suas mais diversas atividades e nos mais diversos cenários em que estão inseridas. Isso tudo, numa tarde em que várias propostas foram examinadas e aprovadas, e outras tantas adiadas para que fosse possibilitado um diálogo mais intenso sobre elas.

Mas eu observo, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, que, entre as propostas aqui estabelecidas, duas delas são de origem do Poder Executivo e fazem parte do rol de 24 propostas que foram anunciadas na reunião das Lideranças na última segunda-feira.

A primeira é o PLCE nº 017/13, que fundamentalmente institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônicos e o Programa de Geração e Utilização de Crédito Vinculado à Nota Fiscal, estabelecendo ainda obrigação aos estabelecimentos emitentes da Nota Fiscal de Serviços Eletrônicos, propondo remissão do IPTU e anistia de infrações à Ceasa, remissão de IPTU e Taxa de Contribuição de Limpeza Urbana, bem como anistia de infrações às associações comunitárias quilombolas, isentando também do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza a prestação dos serviços relacionados à construção do metrô de Porto Alegre, nos termos que estabelece.

Vejam V. Exas. que esta proposição que surge no primeiro dia de Pauta, hoje, 4 de dezembro, tem esta amplitude que a ementa já nos identifica. Visto que, Vereador-Presidente, a ementa dos projetos é a síntese absoluta dos mesmos, anunciando, pura e simplesmente, os objetivos fundamentais dos projetos, dando a eles a devida identificação.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero estabelecer que este Projeto de Lei há de merecer da Casa, nesses 15 dias que ainda restam neste ano legislativo, uma atenção muito especial.

Todos nós sabemos que é comum nos finais de ano legislativo chegarem à Casa alguns projetos revestidos das melhores das intenções, mas que, em determinadas circunstâncias, carregam junto desse festival de bondades algumas situações que, ao fim e ao cabo, prejudicam o consumidor, com os quais nós temos permanente compromisso. E não será agora, neste ano, quando completamos o primeiro ano de integração efetiva do Governo do Município, que nós vamos abandonar essas posições. Por isso que quero, por antecipação, dizer que esse é o tipo de matéria que não pode deixar de ter, especialmente na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Finanças e Orçamento, um exame acurado, que possa possibilitar, neste final de ano, a votação da proposta com tranquilidade por parte dos integrantes desta Casa Legislativa.

Ora – dirão –, mas por que a Comissão de Finanças e a Comissão de Justiça e não outras tantas? Pela complexidade das matérias que aqui estão inseridas.

Por isso, Sr. Presidente, considerando que outras das propostas que o Município coloca nos seus projetos de lei encaminhados à Casa dizem respeito... No caso, o PLCE Nº 018/13 – (Lê.): “...institui e disciplina o Imposto sobre a transmissão ‘inter-vivos’, por ato oneroso, de bens imóveis e de direitos reais a eles relativos.”, vamos olhar também com cuidado esse dispositivo.

E, finalmente, o mais simples no meu modo de entender, o PLCE nº 019/13. (Lê.): “...que dispõe sobre informações a serem prestadas pelas administradoras de cartões de crédito ou de débito em conta corrente e demais estabelecimentos similares.” Três projetos de alta significação que ainda terão a oportunidade de transitar na Casa na próxima segunda-feira, em 2ª Sessão de Pauta, quando nós haveremos de sobre eles nos debruçar com mais profundidade. Por hoje, Senhor Presidente, sendo alertada a conclusão do nosso tempo, fica o registro e a convicção plena de que não faltará, especialmente à Comissão de V. Exa., Comissão de Finanças, Orçamento e do Mercosul, o zelo e o cuidado necessários na tramitação desta matéria. Muito obrigado
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Muito obrigado, Ver. Reginaldo Pujol. Tenho a satisfação de informar que, com alegria, recebemos, no Plenário Otávio Rocha, os jornalistas José Barrionuevo e Joabel Pereira, ambos de grandes serviços prestados à área de comunicação do nosso Estado. Também está sendo distribuída a revista Papparazzo Gaúcho, do nosso amigo fotógrafo Edison Castêncio. Sejam todos muito bem-vindos.

A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, é bonita a legislação que propõe o Ver. Mauro Pinheiro que entra na primeira discussão preliminar de Pauta; bonita e pertinente, proíbe a prática de trotes de caráter violento ou constrangedor na recepção de novos alunos em instituições de Ensino Superior em unidades educacionais no Município de Porto Alegre. Sei que essa prática vem sendo retrabalhada, superada; construídas posturas inclusivas de compromisso social. Louvo muito essas iniciativas das universidades que perceberam que era exagerado, que abusos dessa ordem não são aceitáveis. Acho que esse instrumento da legislação ajuda a consolidar um conjunto de conceitos, de posturas que vão firmando direitos humanos. A integralidade física e moral dos estudantes e da juventude, no ingresso à universidade, é simbólica nas relações humanas, que nós queremos plenas de vida e construtoras de solidariedades. O espaço da universidade é o da pluralidade, é o espaço da vivência democrática, esse tipo de trote não poderia subsistir. Quero, com essa homenagem ao Mauro Pinheiro, lembrar de tempos tão próximos onde tínhamos, na verdade, instalada dentro de uma universidade uma organização de estudantes com base na violência, com base na burla, antidemocrática, e 2011 foi um ano emblemático de enfrentamento disso. A nossa Casa se envolveu, e alguns diziam o que a Câmara tem a ver com a organização dos estudantes, o que a Câmara tem a ver com o espaço de universidade privada?

Foi muito importante, a Comissão da Câmara entrou na universidade naquele ano, com interlocução da Reitoria, pela primeira vez teve espaço de diálogo na PUC, e nós celebramos com muita alegria hoje outro clima de vivência da representação estudantil nas nossas universidades, a experimentação democrática, o aprendizado da luta democrática, a formação de líderes, porque só assim se formarão líderes profundamente

democráticos que vão ampliar a regra democrática, que vão aprimorar a regra democrática brasileira, porque vivem essa regra na universidade.

Quero fazer desta fala um marco. Não tivemos – com exceção de uma eleição num diretório este ano, que logo a própria Reitoria recebeu as denúncias, já tem outra prática de encaminhamento – não tivemos mais episódios, inclusive de violência, e mais antigamente ainda até de morte ligados ao tema de representação estudantil. Que bom! Isso significa que o aprimoramento democrático chega às escolas, onde deveria ser o primeiro lugar. Nós defendemos gestão democrática da educação exatamente porque entendemos que educação é aprender a ser cidadão pleno. Se a educação não tratar do sistema de organização do Estado brasileiro, não trata de direitos e deveres, não apenas na teoria, mas já sendo um espaço público e mesmo o espaço privado de educação é uma concessão pública, é uma autorização pública, e ali se realiza uma política pública. Portanto, não é possível que educação sendo feita tanto no espaço público quanto no privado não trate da formação do cidadão pleno, Ver. Janta. E eu espero que se expanda para os sindicatos também a vivência democrática sem violência, dentro de regras democráticas. Aproveito e digo que os rodoviários estão aguardando ansiosamente as primeiras eleições democráticas, profundamente democráticas, plurais e acompanhadas pela sociedade.

Então, são esses os novos tempos. E essa legislação do trote, aqui, consagra uma mudança que está acontecendo, e uma mudança importantíssima que vai para o marco da lei se depender da vontade desta Vereadora. Eu parablenizo o Ver. Mauro Pinheiro, que não é da área, mas que teve a sensibilidade de propor esse tema também para que esta Casa mais uma vez consolide a visão, Sr. Presidente, de que nós não fazemos leis ou fiscalizamos apenas a rede municipal de ensino ou apenas o sistema municipal e os próprios municipais, e sim, nós pensamos a cidade de Porto Alegre na sua dimensão inteira, seja com a influência da esfera estadual, federal, dentro do território, a Câmara se preocupa com os seus jovens, com as suas crianças, com o seu cidadão; não importa de onde vem a política pública. É assim que a gente faz uma cidade melhor!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (João Carlos Nedel): Obrigado, Ver.^a Sofia Cavedon. Está encerrada a Pauta.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
119ª Sessão Ordinária 04DEZ2013

Visivelmente não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h13min.)